



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Relatório de Desempenho de Metas

Plano de Logística Sustentável

Justiça Federal de Minas Gerais

PLS 2016

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

Diretora do Foro

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

Vice-Diretora do Foro

Juíza Federal VÂNILA CARDOSO ANDRÉ DE MORAES

Diretora da Secretaria Administrativa – SECAD/SJMG

ELOÍSA CRUZ MOREIRA DE CARVALHO

COMISSÃO GESTORA DO PLS-SJMG

Juíza Federal

Carla Dumont Oliveira de Carvalho

Supervisora da Seção de Projetos e Saúde Ocupacional

Amanda Nunes Pires

Supervisora da Seção de Modernização Administrativa

Claudete Iara Rodrigues Grossi

Supervisora da Seção de Compras e Licitação

Cristiane de Figueiredo Gomes

Supervisor da Seção de Administração de Material

Heli Lopes Rios

Supervisora da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental

Jacqueline Braga Pelucci

Supervisora da Seção de Administração Predial

Lílian Soares de Castro Fagundes

Diretora do Núcleo de Bem Estar Social

Renata Lúcia Pimenta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS – FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016.....	5
PAPEL.....	7
COPOS DESCARTÁVEIS.	14
ÁGUA ENVASADA	18
IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER).....	20
TELEFONIA.....	25
ENERGIA ELETRICA	29
ÁGUA E ESGOTO.....	33
GESTÃO DE RESÍDUOS.....	38
REFORMAS	42
LIMPEZA	44
VIGILÂNCIA.....	47
VEÍCULOS.....	50
COMBUSTÍVEL	53
QUALIDADE DE VIDA.....	57
CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69

INTRODUÇÃO

Em 15/02/2016, por meio da Resolução Presi n. 4, foi instituído o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região - PLS. O PLS tem o objetivo de estipular ações que permitam o alcance de metas direcionadas à racionalização de gastos e qualidade dos serviços prestados, em observância à garantia do equilíbrio sócio, econômico e ambiental. Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, foi traçado como base no novo ciclo de gestão estratégica, devendo perdurar até o ano de 2020, quando deverá ser apresentado novo cronograma. Esse planejamento foi construído com base na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que determina a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais no Poder Judiciário.

Especificamente em Minas Gerais, a Portaria Diref n. 25, de 25 de fevereiro de 2016, ratificou a revisão efetuada no Plano de Logística Sustentável, o qual havia sido aprovado anteriormente pela Portaria Diref n. 187, de 18 de dezembro de 2015.

O PLS da JFMG é formado por três partes:

I – referencial estratégico para a gestão socioambiental, composto por objetivos, indicadores, metas, responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados. O referencial deve ser atualizado a cada novo ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal;

II – inventário de bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade, a ser atualizado anualmente até o dia 10 de dezembro;

III – plano de ação socioambiental, composto por práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços e ações de divulgação, sensibilização e capacitação.

Em complemento às determinações superiores, tanto o Tribunal quanto as Seccionais instituíram a Comissão Gestora. Na JFMG, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável foi criada por meio da Portaria n. 122, de 6 de julho de 2015, a qual foi posteriormente alterada pela Portaria n. 123 de 1 de agosto de 2016.

Com o cumprimento das normas superiores, tiveram início os trabalhos da área socioambiental, conduzidos pela Seção de Apoio à Gestão Socioambiental – SEAGA, e pelos membros da Comissão Gestora do PLS.

ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS – FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016

A SJMG aderiu recentemente ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. O extrato de adesão foi publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de novembro de 2016. O Secretário do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Edson Duarte, compareceu à Sede da JFMG para assinatura do Termo. A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que tem como objetivo estimular os Gestores Públicos a incorporarem princípios e critérios de Gestão Socioambiental em suas atividades, levando à economia de recursos e à redução de gastos institucionais, por meio do uso racional dos bens públicos. A A3P também possui um sistema de informações, o RESSOA, no qual os dados acerca dos indicadores de consumo são inseridos. Trata-se de mais uma ferramenta de gestão a ser utilizada na Justiça Federal de Minas Gerais.

Para analisar os indicadores previstos na Resolução 201/2015 do CNJ, a SEAGA elaborou planilhas em Excel que permitem o lançamento dos dados, mês a mês, conforme o formulário do CNJ e o conteúdo do PLS-JFMG. O objetivo é permitir a manutenção das planilhas constantemente atualizadas e realizar a compilação das informações de todo o Estado de Minas Gerais para posterior lançamento no sistema PLS-Jud.

Houve um concurso na 1ª Região para criação de uma logo socioambiental para dar unicidade ao assunto no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região e facilitar a identificação das ações relacionadas à campanha do “Programa Gestão Sustentável”. Decidiu-se, assim, convidar as Seccionais e o próprio Tribunal a apresentarem suas artes, para participar de processo seletivo.

A vencedora foi a Seção Judiciária de Minas Gerais, com 1.094 votos, de um total de 2.314 (abaixo as imagens das 4 propostas finalistas, a última, à direita, foi a escolhida).



Gestão Sustentável
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO



Gestão Sustentável
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO



Gestão Sustentável
Justiça Federal da 1ª Região



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Nos dias 15 e 16 de junho, na sede do STJ, foi realizado o III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário. Duas servidoras da Seção Judiciária de Minas Gerais compareceram ao evento. O Seminário busca aliar o planejamento estratégico à responsabilidade social, inserindo exemplos de casos de sustentabilidade de sucesso na administração pública. Participantes dos três Poderes da União, em especial do Poder Judiciário, puderam assistir e discutir temas como a dimensão ética da sustentabilidade na gestão pública, os fundamentos jurídicos das licitações sustentáveis e como implementar o Plano de Logística Sustentável – PLS.

As demais ações realizadas na Seção Judiciária de Minas Gerais durante o ano de 2016 são explicitadas abaixo, no decorrer da análise de cada indicador, de acordo com as ações propostas no PLS-SJMG.

A consolidação dos resultados alcançados e a análise dos indicadores previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça seguem abaixo. Foram avaliadas as metas e respectivas ações estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Minas Gerais, mostrando a evolução do desempenho dos indicadores.

TEMA 1 – MATERIAIS DE CONSUMO

PAPEL – COPOS DESCARTÁVEIS – ÁGUA ENVASADA

META 1 – Reduzir 10% do consumo de resmas de papel até o ponto de equilíbrio de consumo

Ações propostas:

1. Campanha para uso racional de impressoras. A ASCOM elabora campanha informando sobre as ações de configuração de impressoras. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída. A campanha foi realizada por meio do envio de emails aos servidores e por meio de informações afixadas nos murais dispostos nos edifícios da Seccional. As informações também foram disponibilizadas na Intranet. A ação deverá ser implementada novamente em 2017, pois se trata de ação contínua de conscientização.

2. Configuração das impressoras para padrão frente e verso. O NUTEC configura equipamentos da SJMG para impressão frente e verso, como parte da Campanha Consumo Consciente; NUTEC prepara atendimento para demandas de configuração diferenciada. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída. A Portaria Diref n. 30, de 04 de março de 2016 determinou a padronização da impressão frente e verso no âmbito da Seção Judiciária de Minas Gerais e Subseções vinculadas. O NUTEC realizou as configurações. A ação será reavaliada para nova realização em 2017.

3. Campanha para evitar impressão e revisar documentos. Ação sugerida pela Resolução CNJ 201/2015. A ASCOM e CPS elaboram campanhas de sensibilização quanto ao gasto excessivo de papel; Divulgação por meio de intranet, murais e e-mails, das lotações mais "sustentáveis". (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída parcialmente. A campanha foi realizada por meio do envio de emails aos servidores e por meio de informações afixadas nos murais dispostos nos edifícios da seccional. As informações também foram disponibilizadas na Intranet. A ação deverá ser implementada novamente em 2017, pois se trata de ação contínua de conscientização. No entanto, a divulgação das lotações mais sustentáveis não foi realizada e será reavaliada para implementação em 2017.

4. Avaliar a sistemática de distribuição de papel. Avaliar desde o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel quando verificado que seu consumo pode ser reduzido na unidade avaliada. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação não realizada. Será reavaliada e postergada para 2017.

5. Campanha para devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação social. Unidades devolvem ao almoxarifado as resmas de papel, papel timbrado e envelopes que estejam estocados devido a excessos nos pedidos; Avaliar a possibilidade de receber outros itens. (Prazo: 2º semestre/2016).

Ação concluída. Realizou-se desfazimento de bens não patrimoniados no mês de junho de 2016, por meio de edital, no qual foram doados itens às cooperativas de catadores como capas de processos, grampeadores de mesa e perfuradores de papel.

6. Analisar a possibilidade de redução dos itens do acervo do Almoxarifado (estoques mínimos). Avaliar a diminuição da quantidade de itens por tipo de produto no almoxarifado, buscando manter um estoque mínimo viável. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída. Houve homologação pela Diref de uma lista contendo itens do acervo do almoxarifado que seriam restringidos ou eliminados. A lista com os itens foi divulgada para o corpo funcional.

7. Reduzir em 10% o fornecimento de material solicitado considerando a média de consumo de 2015. Disponibilizar os dados de consumo de papel das unidades; Apresentação periódica dos dados para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo da SJMG. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída parcialmente. Os dados de consumo são disponibilizados no link da sustentabilidade na página da internet e foram apresentados para a Diretoria Administrativa. Criou-se espaço de comunicação constante, o link da sustentabilidade na internet, e o email sustentabilidade.mg@trf1.jus.br. O fornecimento não foi reduzido, ação postergada para 2017.

8. Informar dados de consumo ao corpo funcional. Ação sugerida pela Resolução CNJ 201/2015; Aperfeiçoar ferramentas de gerenciamento de consumo das unidades – SICAM; Apresentar periodicamente os dados de consumo para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo da SJMG. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação concluída. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais. Um ofício contendo o desempenho dos indicadores também é enviado aos gestores das Subseções Judiciárias, no entanto a apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2017, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues. O SICAM não foi aperfeiçoado, tal procedimento depende de ação do Tribunal. Criou-se espaço de comunicação constante, o link da sustentabilidade na internet, e o email sustentabilidade.mg@trf1.jus.br.

9. Solicitar o aperfeiçoamento do sistema SICAM para eliminação de impressão. Criação de sistema digital de confirmação de recebimento ou devolução de bens (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação concluída. Embora o SICAM não tenha sido aperfeiçoado (tal procedimento depende de ação do Tribunal), todos os pedidos de confirmação de recebimento ou devolução de bens são feitos por via eletrônica, utilizando o sistema SEI.

10. Campanha de estímulo ao uso do papel reciclado ou não clorado. Ação sugerida pela Resolução CNJ 201/2015; Medida para implementação da recomendação do item 2.2.1.h do Relatório de Auditoria Operacional 01/2015 da Secretaria de Controle Interno do TRF 1ª Região; ASCOM elabora de campanha de sensibilização para restringir uso do papel branco, como parte da Campanha Consumo Consciente. (Prazo: 1º semestre/2017).

Ação não realizada. Poderá ser implantada em 2017, pois os valores da nova contratação são praticamente idênticos (R\$ 15,33 para resma branca e R\$ 15,34 para reciclada).

11. Normatização para o uso do papel Ofício II. Evitar o uso do papel ofício II, a ser entregue somente mediante autorização expressa da SECAD após solicitação justificada do demandante. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída. Foi publicada a Portaria Diref n. 30, de 04 de março de 2016, que dispõe sobre a padronização do uso de papel A4 e da impressão frente e verso no âmbito da Seção Judiciária de Minas Gerais e Subseções vinculadas.

12. Avaliar a viabilidade de utilização de papel-toalha em rolo. Avaliar a viabilidade técnico-econômica para substituição das folhas de papel por rolos. (Prazo: 1º semestre/2016).

Ação concluída. Implantado por comodato pela empresa terceirizada na seccional de Belo Horizonte.

13. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. . Buscar soluções para melhoria da gestão administrativa das unidades. (Prazo: 2º semestre/2016).

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

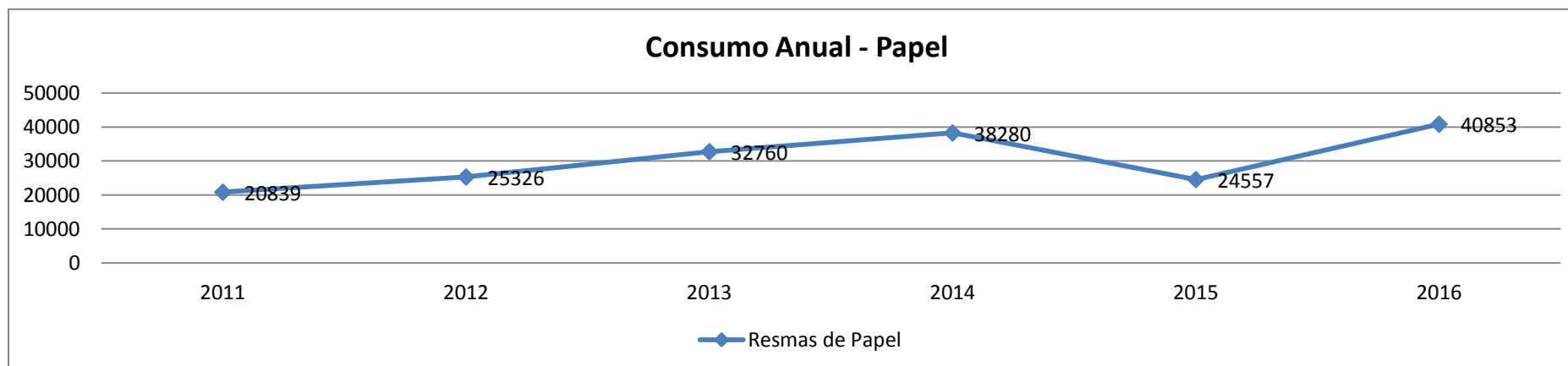
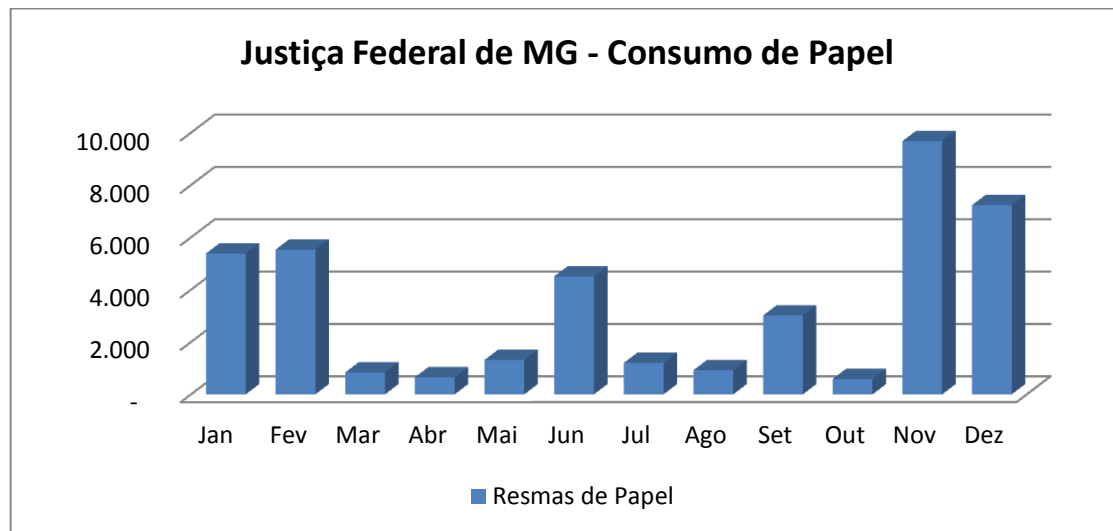
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 1 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 1 a 6 abaixo

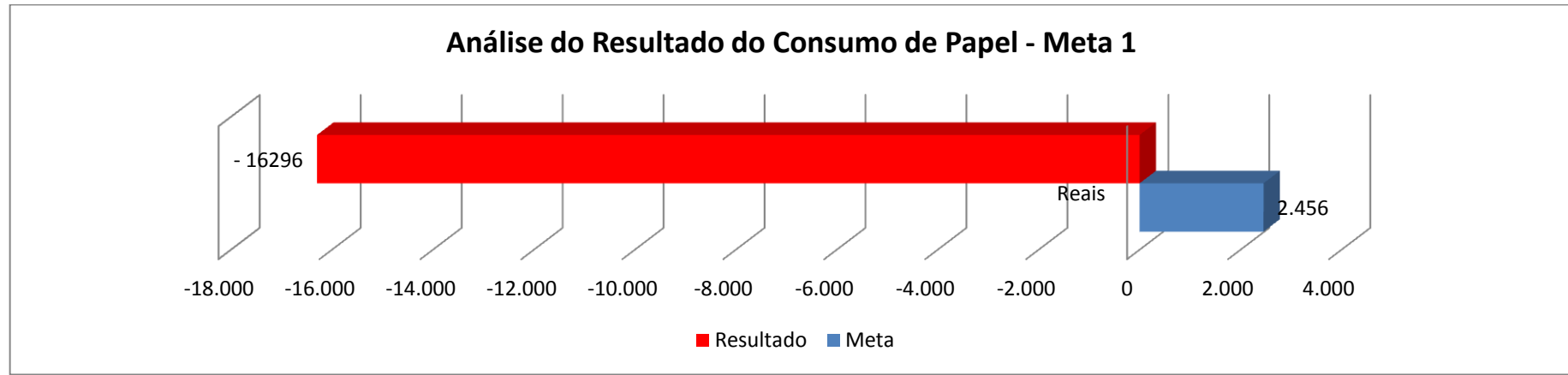
1 a 6. Papel

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1. Consumo de papel branco	5.022	4.991	742	550	1.122	4.310	1.138	808	2.790	508	8.709	7.019	37.709
2. Gasto com aquisição de papel branco	69.130,02	68.680,00	10.201,00	7.579,00	15.460,00	59.384,38	15.675,28	11.133,18	38.444,08	7.000,24	120.004,72	96.721,82	519.413,72
3. Consumo de papel reciclado	359	539	95	103	192	197	64	115	222	83	965	210	3.144
4. Gasto com aquisição de papel reciclado	5.327,56	7.998,76	1.409,80	1.528,52	2.849,28	2.923,48	949,76	1.706,60	3.294,48	1.231,72	14.320,60	3.116,40	46.656,96
5. Consumo total de papel branco e reciclado	5.381	5.530	837	653	1.314	4.507	1.202	923	3012	591	9674	7229	40.853
6. Gasto total de papel branco e reciclado	74.457,58	76.678,76	11.610,80	9.107,52	18.309,28	62.307,86	16.625,04	12.839,78	41.738,56	8.231,96	134.325,32	99.838,22	566.070,68

Gráficos Consumo de Papel JFMG 2016



Análise dos resultados de 2016:



A meta de redução de 10% foi comparada com o consumo de papel no ano de 2015. A distribuição total de papel foi aumentada em 66%. No entanto, esse dado deve ser avaliado com cautela, de acordo com a forma de obtenção da informação do consumo de papel da SJMG. Os dados são obtidos no momento de saída do papel do almoxarifado, ou seja, no momento da distribuição. No final do ano de 2016 ocorreu um aumento significativo na distribuição de papel, em consequência de uma grande compra efetuada devido a possíveis restrições orçamentárias. Dessa forma, o papel distribuído no final de 2016 (meses de novembro e dezembro) será consumido de fato em 2017.

Espera-se que a economia de papel seja relevante a partir da implantação do Processo Judicial Eletrônico – Pje, que ocorreu na Seção Judiciária de Minas Gerais em dezembro de 2016.

Já o consumo de papel ofício II reduziu em 72%, após publicação da Portaria Diref n. 30, de 4 de março de 2016, que restringiu seu uso, necessitando de prévia autorização da Secretaria Administrativa para sua utilização.

Em relação ao papel reciclado, em virtude dos valores da contratação no ano de 2016 (papel branco com preço mais acessível), o consumo do papel reciclado não foi estimulado durante o ano, por isso o consumo do mesmo foi de apenas 8%,

em relação ao total de papel consumido. Todavia, em virtude dos valores da nova contratação, a utilização deverá ser estimulada em 2017, por meio de ações.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

As subseções deverão iniciar o envio dos dados de consumo de papel mensalmente.

Divulgar as lotações mais sustentáveis. A apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2017, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues.

Avaliar a sistemática de distribuição de papel. Avaliar desde o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel quando verificado que seu consumo pode ser reduzido na unidade avaliada.

Reduzir em 10% o fornecimento de material solicitado considerando a média de consumo de 2015.

Estimular o consumo do papel reciclado.

Estabelecer um índice de consumo, usando como variáveis o número de processos em curso e a competência da vara, pesquisando-se as demandas das mesmas.

Buscar boas práticas de órgãos que apresentaram resultados positivos.

Padronização do número de impressoras.

META 2 – 10% de redução no consumo de copos descartáveis de 200 ml e 50 ml.

Ações propostas:

14. Avaliar a viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis por modelos oxibiodegradáveis. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação não realizada. Inviabilizado em face de restrições orçamentárias. Custo de aquisição aproximadamente 73% maior. Ação será reavaliada posteriormente.

15. Campanha para uso racional do copo descartável e estímulo ao uso do copo retornável. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. As campanhas foram feitas por meio de e-mail, murais e intranet. Houve ações em varas específicas que voluntariamente adquiriram canecas personalizadas e abandonaram o consumo de copos descartáveis. Essa ação também foi divulgada para todo o corpo funcional.

16. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

17. Reduzir em 10% o fornecimento de material solicitado conforme dados de consumo de 2015. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. O fornecimento de copos descartáveis foi reduzido pelo almoxarifado.

18. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

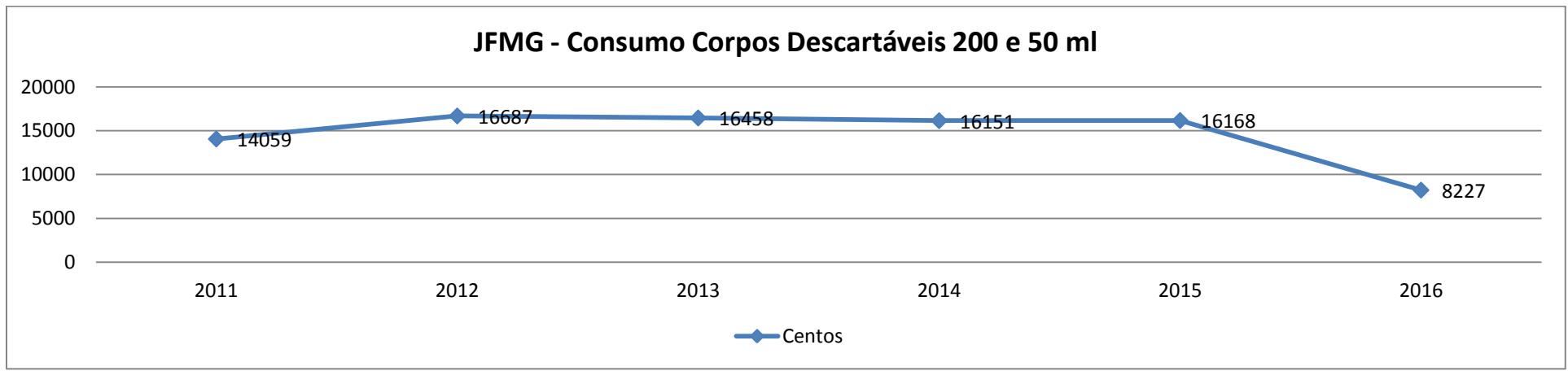
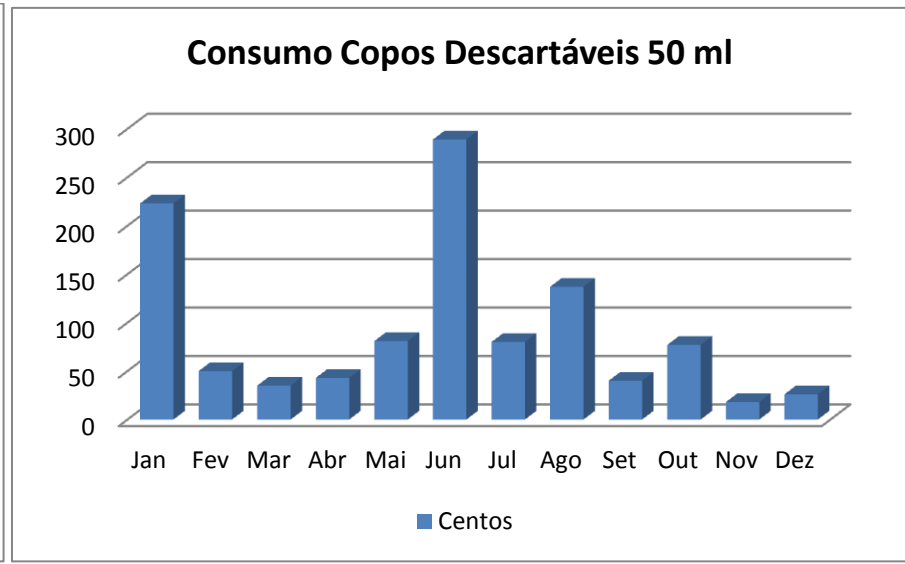
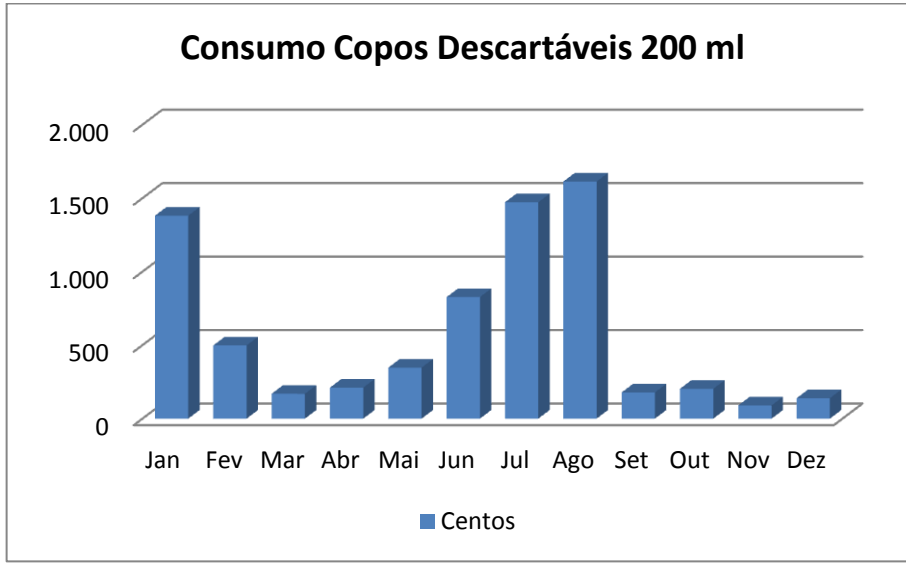
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 2 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 7 a 12, referentes a copos descartáveis.

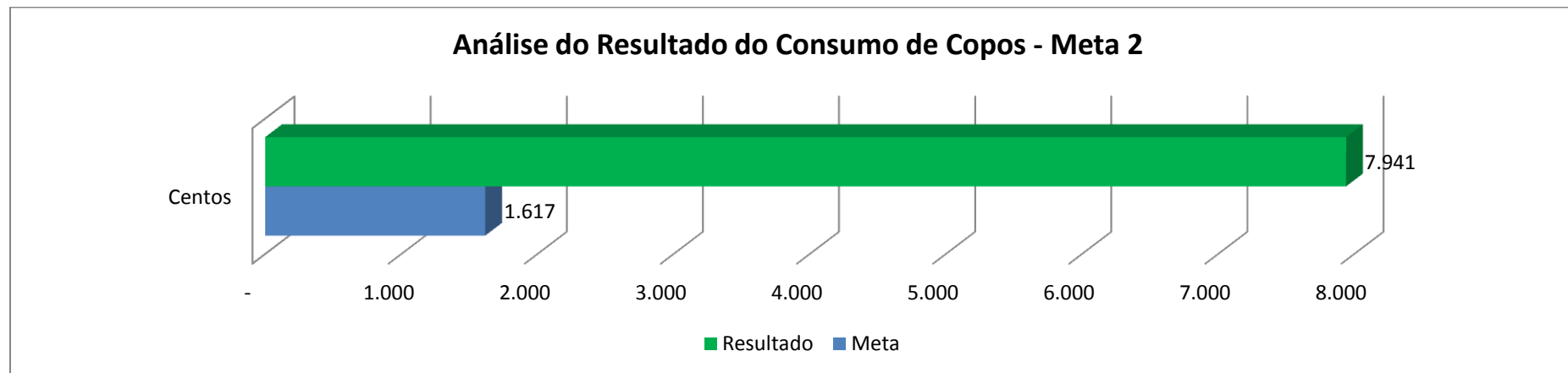
7 a 12. Copos descartáveis

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
7. Consumo de copos de 200 ml descartáveis	1.381	498	169	211	347	827	1.472	1.613	178	203	90	139	7.128
8. Gasto com aquisição de copos de 200 ml descartáveis	3922,04	1414,32	479,96	599,24	985,48	2348,68	4180,48	4580,92	505,52	576,52	255,6	394,76	20243,52
9. Consumo de copos de 50 ml descartáveis	223	50	35	43	81	289	80	137	40	77	18	26	1.099
10. Gasto com aquisição de copos de 50 ml descartáveis	379,1	85	59,5	73,1	137,7	491,3	136	232,9	68	130,9	30,6	44,2	1868,3
11. Consumo total de copos descartáveis	1.604	548	204	254	428	1.116	1.552	1.750	218	280	108	165	8.227
12. Gasto total com aquisição de copos descartáveis	4301,14	1499,32	539,46	672,34	1123,18	2839,98	4316,48	4813,82	573,52	707,42	286,2	438,96	22.111,82

Gráficos Consumo de Copos Descartáveis JFMG 2016:



Análise dos resultados de 2016:



A meta de redução de 10% do consumo foi alcançada e superada, pois a SJMG reduziu o consumo de copos descartáveis em 49%.

A redução em relação ao ano de 2015 foi de 49% no que se refere aos copos de água e de 46,75% em relação aos copos de café. A economia foi de R\$ 14.596,4.

Nos gráficos acima se pode verificar um dispêndio maior em meses específicos, esses maiores consumos se referem aos meses de encaminhamentos de materiais às Subseções Judiciárias. Assim como o papel, os dados referentes aos copos são obtidos no momento da distribuição, da saída do almoxarifado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Eliminação do uso de copos descartáveis na JFMG

META 3 – Não foi estabelecida meta no PLS aprovado em relação ao consumo de água envasada

Ações propostas:

Não houve ações propostas para o gasto atual em relação ao consumo de garrações de água de 20 litros no PLS aprovado

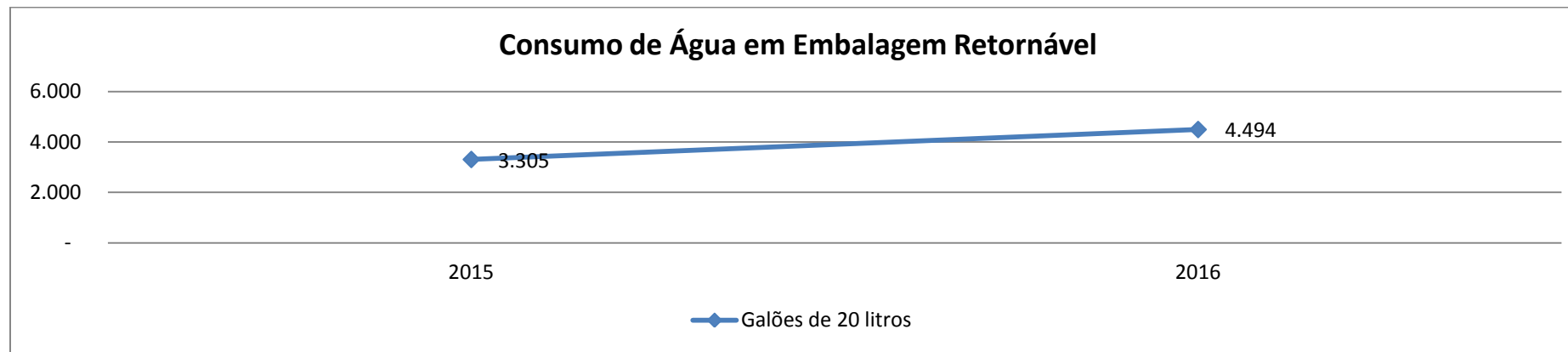
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 3 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 13 a 16 abaixo:

13 a 16. Consumo de água mineral envasada

Indicador	2015	2016
13. Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)	Não há	Não há
14. Consumo de garrações de água de 20 litros	3.305	4.494
15. Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)	Não há	Não há
16. Gasto com aquisição de garrações de 20 litros	25.692,85	38.656,40

Gráficos Água em Embalagem Retornável JFMG 2016:



Análise do indicador:

Não foi estabelecida meta no PLS aprovado. No entanto, comparando-se o resultado com o ano de 2015, houve aumento de 36% no gasto. Na Justiça Federal de Minas Gerais a água envasada só é distribuída para cidades no interior do Estado em que o saneamento básico não ofereça segurança da sua qualidade. Não há aquisição de água mineral em embalagens descartáveis na JFMG.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a possibilidade de substituição da água envasada por sistema de purificação nas Subseções.

As subseções deverão encaminhar laudos que justifiquem a aquisição de água mineral

TEMA 2 – IMPRESSÕES

IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER)

META 4 – Reduzir 10% do consumo de cartuchos até o ponto de equilíbrio de consumo

Ações propostas:

19. Configuração das impressoras para padrão frente e verso. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. O Nutec realizou a configuração em frente e verso.

20. Configurar impressoras e computadores em modo de economia de energia. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. O Nutec realizou a configuração em modo de economia de energia.

21. Avaliar a viabilidade técnica da redução do número de copiadoras instaladas nas unidades. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. O novo contrato prevê a redução do número de copiadoras.

22. Informar dados de gerenciamento de copiadoras ao corpo funcional. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

23. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação Prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

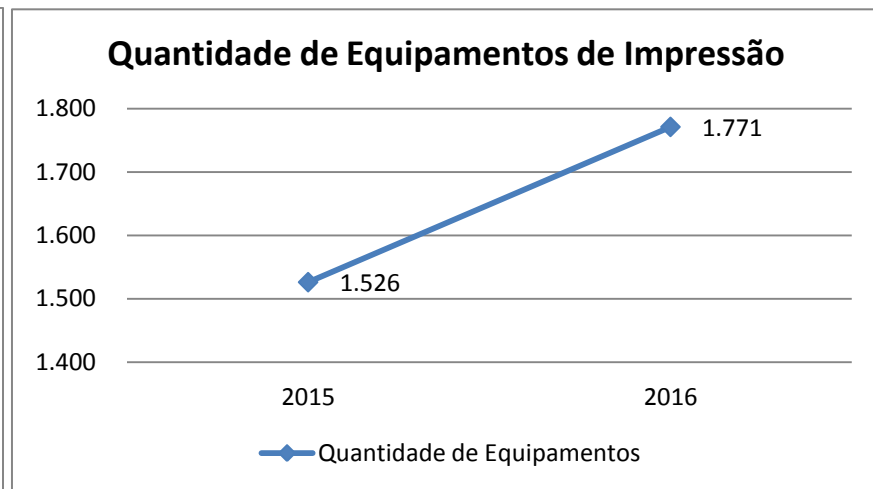
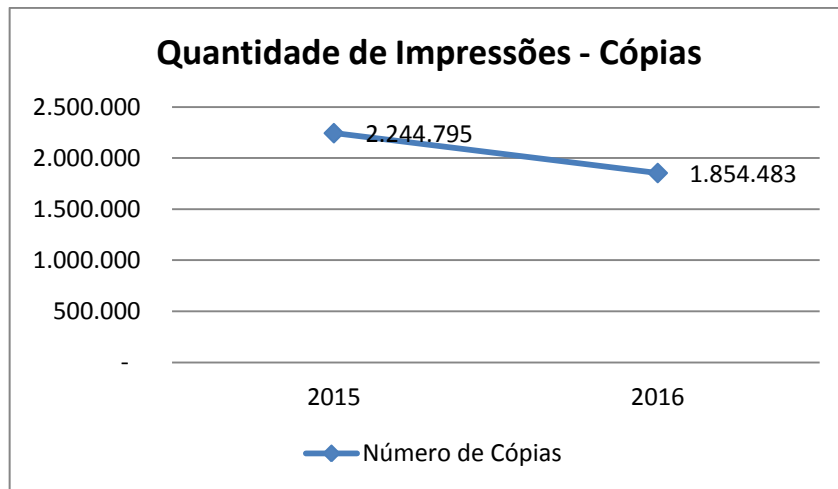
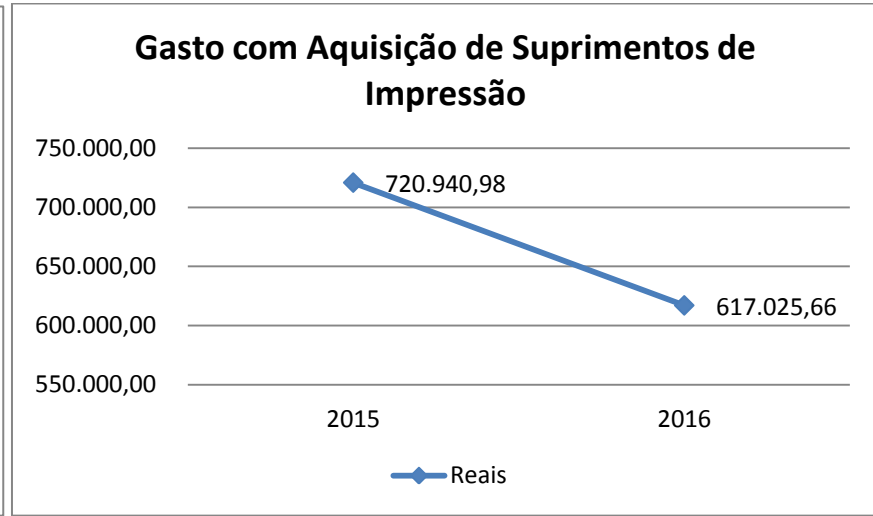
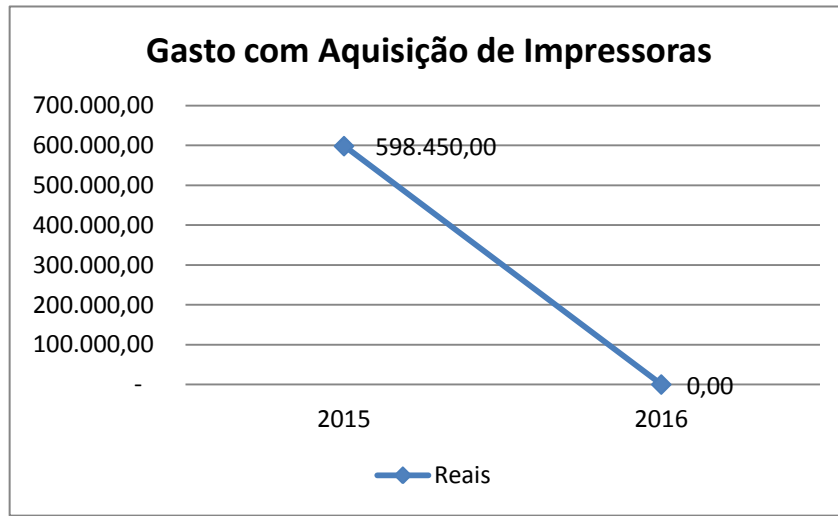
Indicadores:

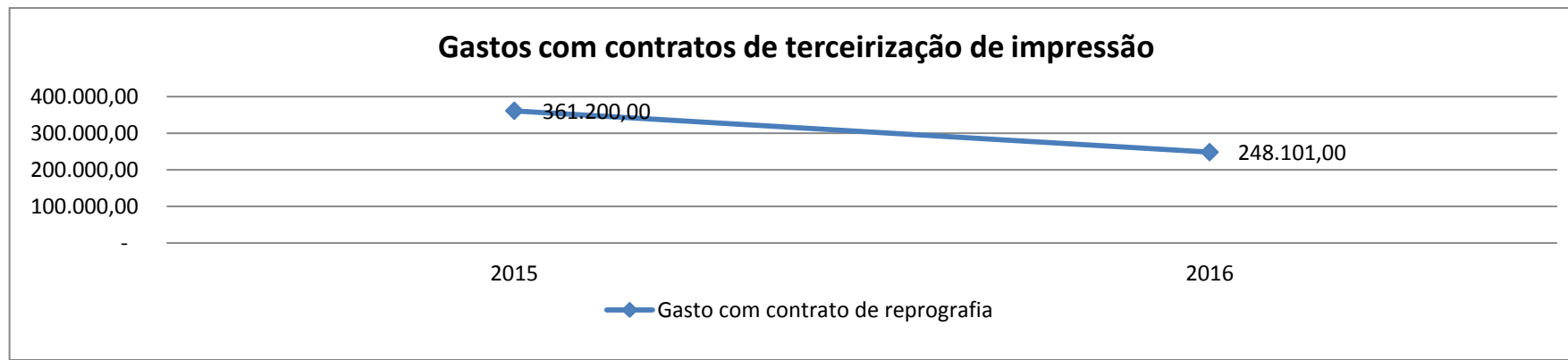
Para o cumprimento da Meta 4 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 17 a 22 abaixo:

17 a 22. Impressões, equipamentos de impressão e suprimentos (toner)

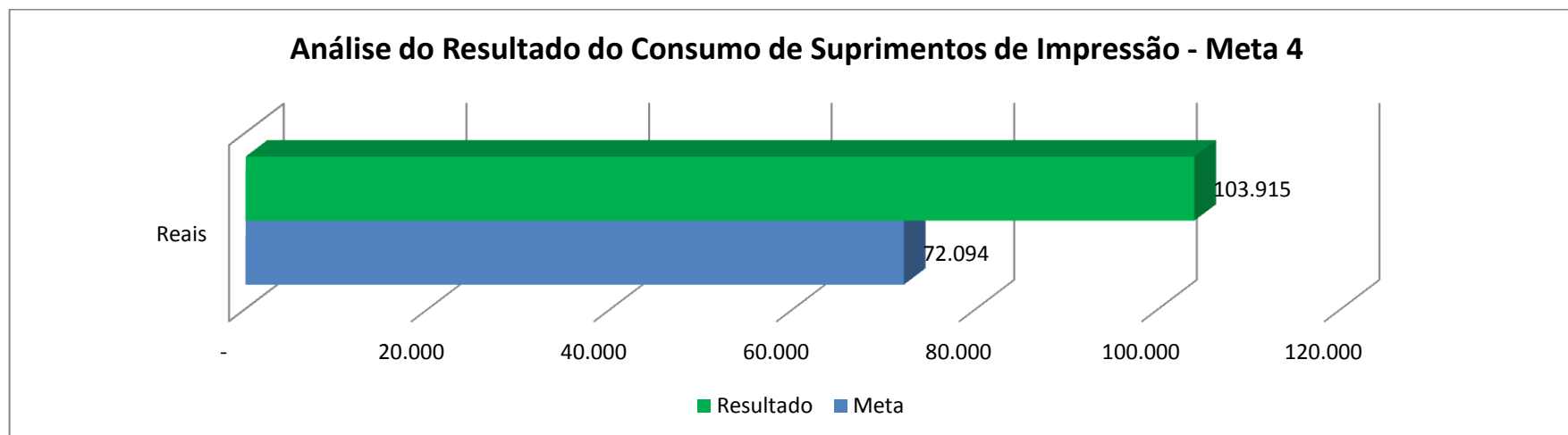
Indicador	2015	2016
17. Impressões de documentos totais (as impressões referem-se somente às cópias). Não há avaliação de impressões.	2.244.795	1.854.483
18. Equipamentos instalados (soma de copiadoras e impressoras)	1.526	1771
19. Performance dos equipamentos instalados	1.471,03	1047,14
20. Gasto com aquisições de suprimentos	720.940,98	617.025,66
21. Gasto com aquisição de impressoras	598.450,00	0,00
22. Gasto com contratos de <i>outsourcing</i> de impressão	361.200,00	248.101,00

Gráficos: Impressões, Equipamentos de Impressão e Suprimentos (Toner) JFMG 2016





Análise dos resultados de 2016:



A meta de redução de 10% foi comparada com o consumo de toner no ano anterior. O gasto foi 14,4% menor em relação a 2015, gerando uma economia de R\$ 103.915,32.

Não há avaliação do número de impressões na JFMG, fato que deixou o indicador prejudicado. No entanto, foi avaliado o número de cópias, proveniente do contrato de reprografia, e houve uma redução de 17,4%. Da mesma forma, houve redução no gasto com o contrato de reprografia de 31,3%, alcançando a economia de R\$ 113.099,00.

O número de equipamentos instalados se refere à soma de impressoras e copiadoras.

Não houve aquisições de impressoras no de 2016.

Já o número de equipamentos instalados aumentou em 13,8%, porém, o Tribunal trabalha com uma possível padronização do número de impressoras na 1ª Região.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a viabilidade de padronização do número de impressoras necessário a cada unidade.

TEMA 3 – TELEFONIA

META 5 – Reduzir 10% no consumo (meta definida com base na média dos percentuais de redução de consumo dos últimos cinco anos)

Ações propostas:

24. Acompanhamento de contratos. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. Os contratos são acompanhados periodicamente

25. Estimular uso de e-mail. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. A campanha foi realizada por meio do envio de emails aos servidores e por meio de informações afixadas nos murais dispostos nos edifícios da seccional. As informações também foram disponibilizadas na Intranet.

26. Tecnologia VoIP. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação realizada. Devido a restrições orçamentárias não foi possível a expansão do número de ramais VoIP. Mas a tecnologia é empregada automaticamente nas ligações interurbanas, dentro da capacidade da rede, independente de a ligação ser efetuada pelo aparelho VoIP ou analógico.

27. Redução do quantitativo de ramais com acesso para ligações interurbanas e para celulares. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Houve aproximadamente um terço de redução do acesso a ramais que realizam ligações interurbanas e para celulares, em relação às varas. Já em relação ao administrativo a redução foi de aproximadamente 10%.

28. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

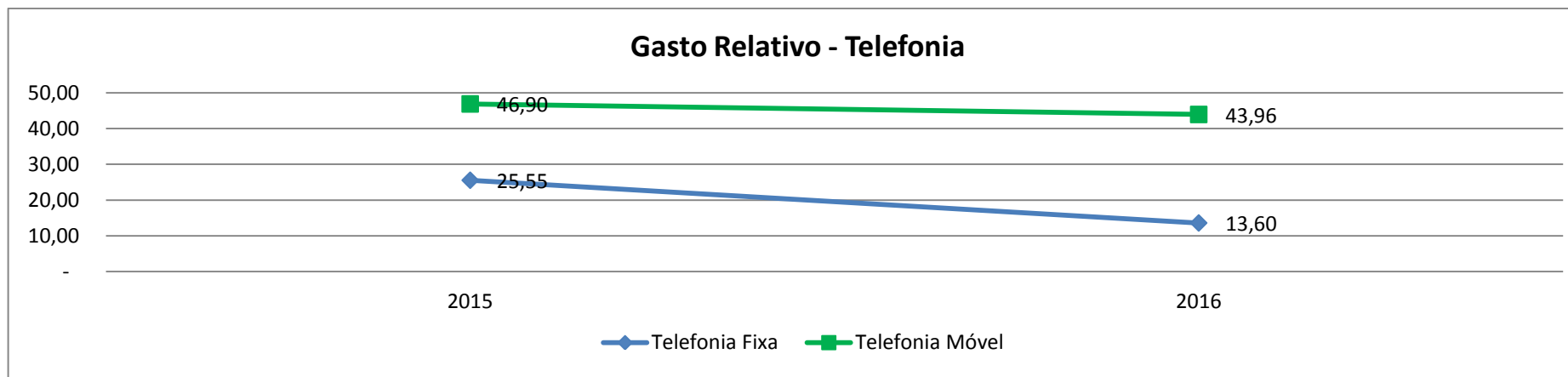
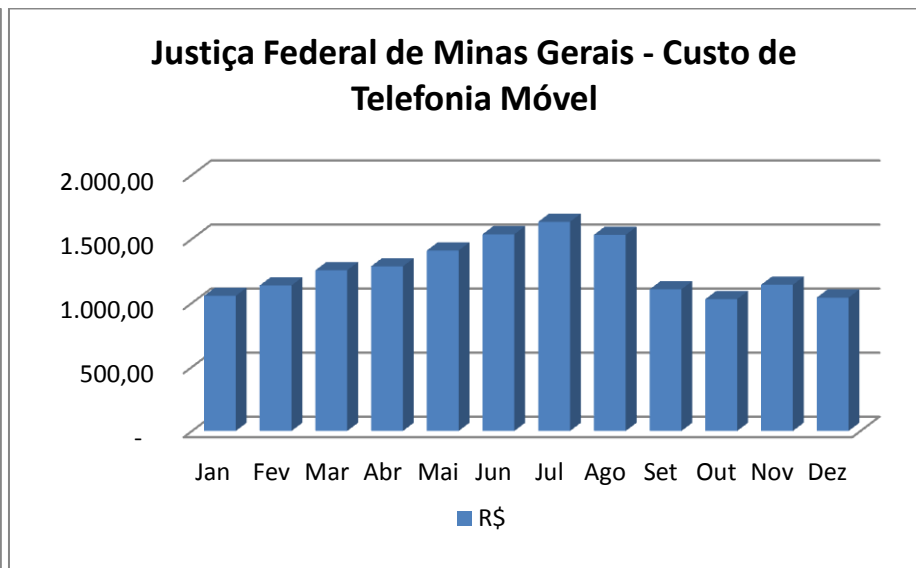
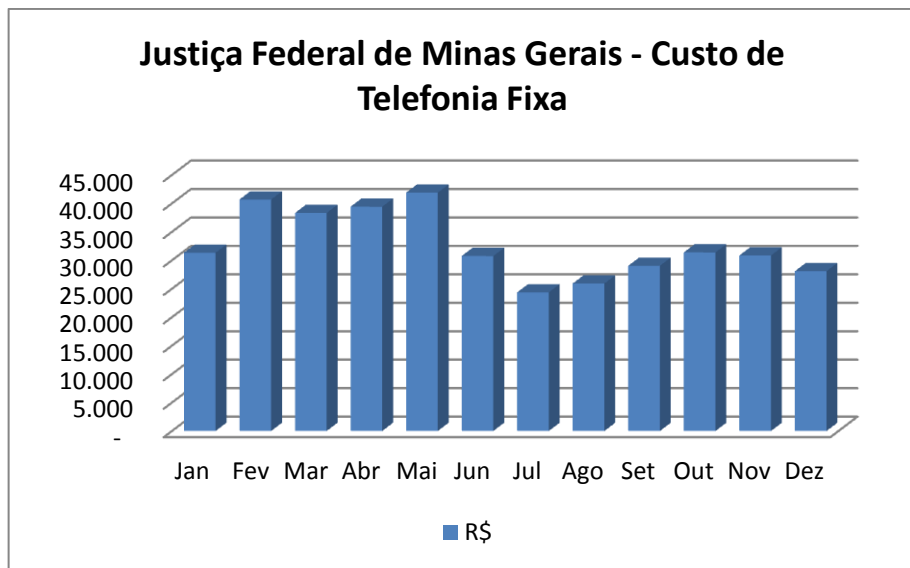
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 5 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 23 a 28 abaixo:

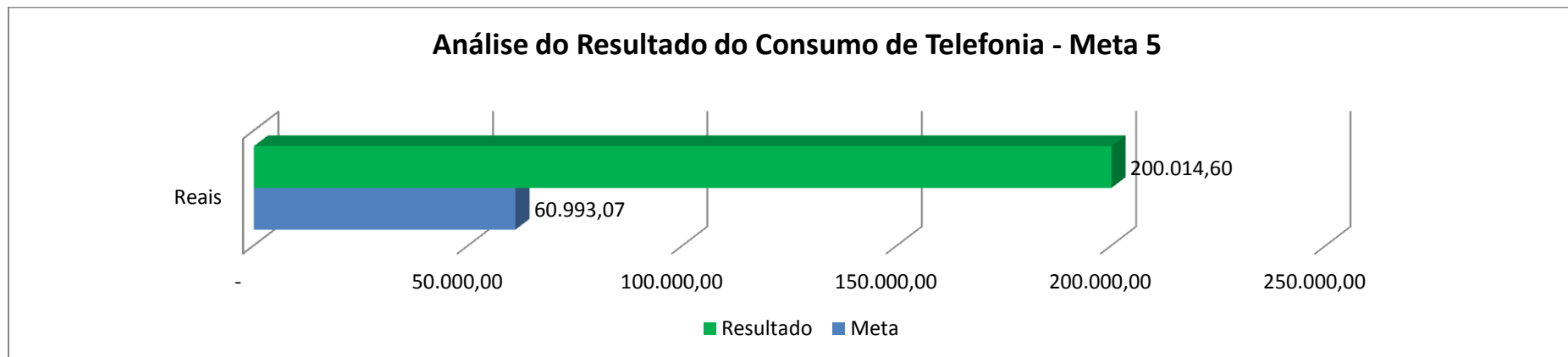
23 a 28. Gastos com telefonia fixa e móvel

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
23. Gasto com telefonia fixa	31.321,50	40.680,58	38.313,8	39.411,32	41.877,64	30.747,14	24.361,24	25.915,66	29.035,75	31.383,55	30.846,92	28.084,52	391.979,62
24. Linhas telefônicas fixas	1970	1970	1970	1970	1953	1941	1957	1958	1958	1958	1958	1958	23.521
25. Gasto relativo com telefonia fixa	15,90	20,65	19,45	20,01	21,44	15,84	12,45	13,24	14,83	16,03	15,75	14,34	13,60
26. Gasto com telefonia móvel	1.055,48	1.136,64	1.255,13	1.285,92	1.409,23	1.536,25	1.633,63	1.531,93	1.106,04	1.029,57	1.141,66	1.041,64	17.936,46
27. Linhas telefônicas móveis	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	408
28. Gasto relativo com telefonia móvel	31,04	33,43	36,92	37,82	41,45	45,18	48,05	45,06	32,53	30,28	33,58	30,64	43,96

Gráficos Telefonia Fixa e Móvel JFMG 2016:



Análise dos resultados de 2016:



A meta de redução de 10% foi comparada com o gasto do ano anterior. Houve redução do gasto com telefonia fixa de R\$ 198.253,45, em relação ao ano de 2015, o que corresponde há uma economia de 33,6%. Já a telefonia móvel apresentou redução de R\$ 1.761,15, correspondendo há uma redução de 8,94%.

A economia alcançada se deve ao bloqueio de ramais que realizam ligações interurbanas e para celulares e ao sistema VoIP, que é empregado automaticamente nas ligações interurbanas. O novo contrato realizado com as operadoras também favoreceu a queda dos gastos, já que foram negociadas melhores tarifas.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a possibilidade de aquisição de um tarifador para identificar o consumo individual das unidades, possibilitando maior controle sobre as ligações.

Avaliar a possibilidade de limitar o tempo de uso do telefone.

TEMA 4 – ENERGIA ELETRICA

META 6 – Reduzir 10% no consumo

Ações propostas:

29. Configurar impressoras e computadores em modo econômico. (Prazo: 2016)

Ação realizada. O Nutec realizou a configuração em frente e verso.

30. Campanha de conscientização sobre uso racional da energia elétrica. (Prazo: 2016)

Ação realizada. A campanha foi realizada por meio do envio de emails aos servidores e por meio de informações afixadas nos murais dispostos nos edifícios da seccional. As informações também foram disponibilizadas na Intranet.

31. Implantar iluminação LED. (Prazo: 2016)

Ação realizada. As lâmpadas fluorescentes foram substituídas em sua totalidade por lâmpadas de Led nas áreas comuns. Já as lâmpadas fluorescentes das unidades estão sendo trocadas por Led na medida em que queimam.

32. Reduzir quantidade de lâmpadas. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Algumas lâmpadas foram retiradas das áreas comuns.

33. Destinar lâmpadas usadas. (Prazo: 2016)

Ação realizada. As lâmpadas são devidamente encaminhadas para descontaminação e destinação final adequada.

34. Redução de funcionamento do sistema de climatização. (Prazo: 2016)

Ação realizada. O sistema de climatização da seccional foi reduzido para o horário compreendido entre 12h00min e 18h30min.

35. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

36. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

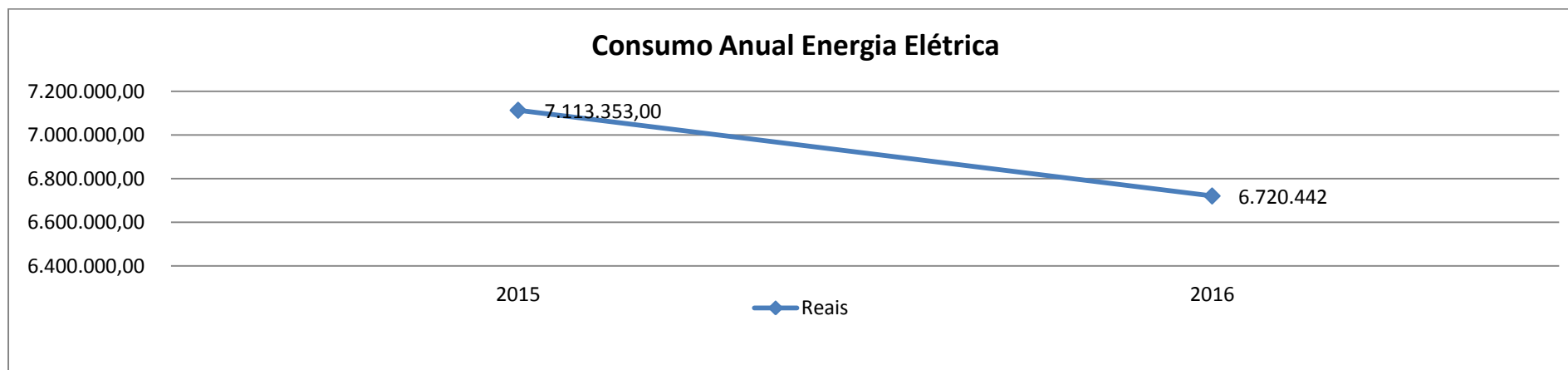
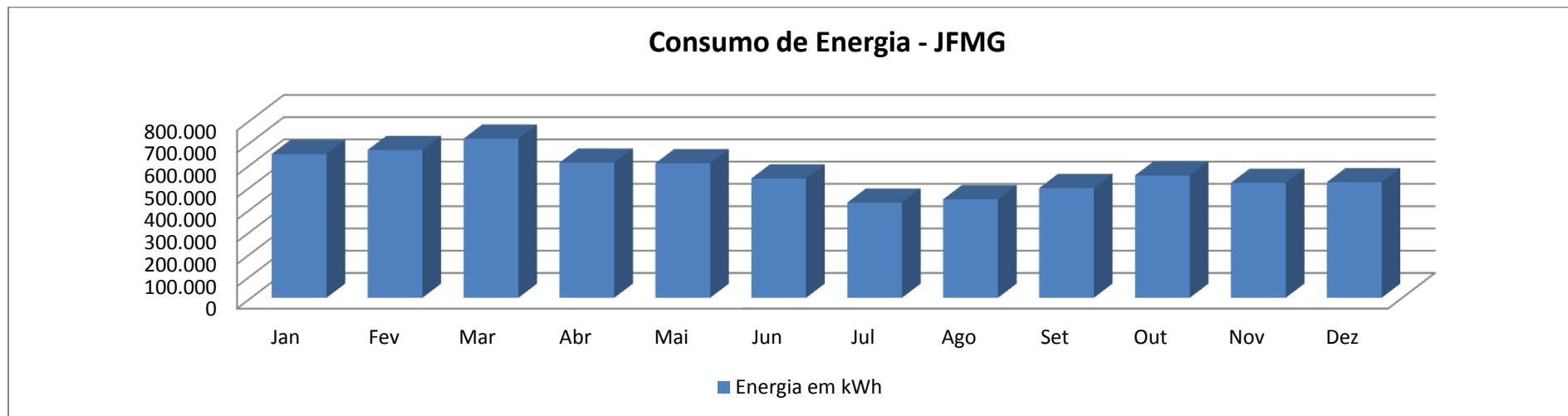
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 6 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 29 a 33 abaixo:

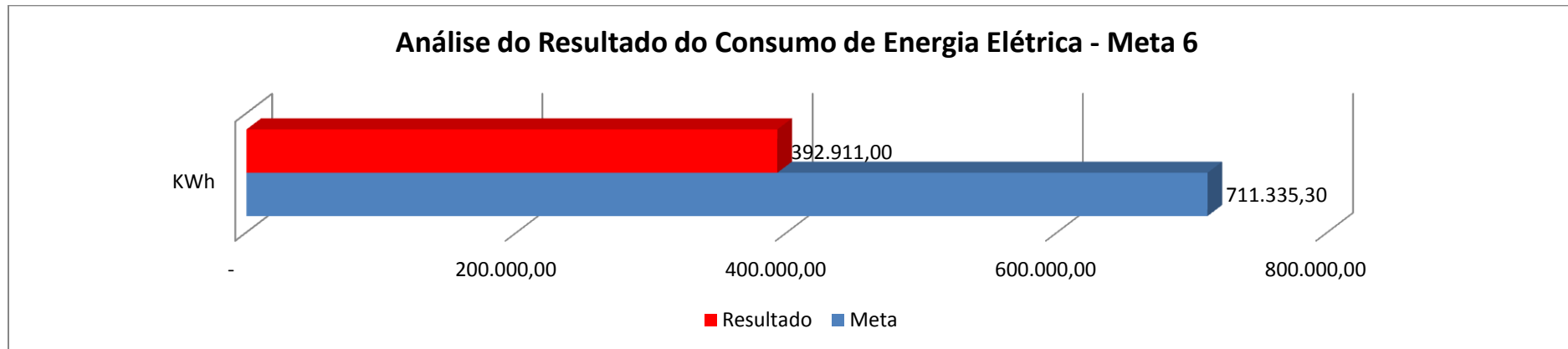
29 a 33. Consumo e gasto com energia elétrica

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
29. Consumo de energia elétrica	645.967	664.104	714.858	606.875	604.333	536.019	427.495	442.667	492.550	549.827	516.525	519.222	6.720.442
30. Consumo relativo de energia elétrica - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65,63
31. Gasto com energia elétrica	448.045,98	452.062,26	461.114,17	388.150,48	380.303,30	340.932,4	290.809,59	296.768,86	340.731,7	379.934,11	363.062,38	344.347,87	344.347,87
32. Gasto relativo de energia elétrica - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43,81

Gráficos Energia elétrica JFMG 2016



Análise dos resultados de 2016:



O consumo de energia elétrica de toda a Justiça Federal de Minas Gerais foi reduzido em 5,52%, em comparação com o ano de 2015. No entanto, a meta de 10% de redução do consumo, não foi alcançada. O gasto foi R\$ 411.128,87 menor, uma economia de 8,4%.

A obra de climatização do edifício Oscar Dias Correa, com a troca do sistema de refrigeração, possibilitou a economia de 42,3%, comparando-se a média do primeiro semestre de 2016 (102.517 Kw), período em que a substituição se iniciou, com a média do consumo do segundo semestre de 2016 (59.150 Kw).

Medidas como restrições no horário de funcionamento do sistema de climatização, a troca de lâmpadas fluorescentes por Led, além da substituição do sistema de climatização do edifício Oscar Dias Correa, contribuíram para o resultado alcançado, que gerou a economia de 5,52%.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Revisar os quadros elétricos dos edifícios ERA e ODC, para que a iluminação possa ser individualizada.

Revisar a iluminação das áreas comuns do ERA e ODC.

Fixar meta de redução de consumo de energia nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 5 – ÁGUA E ESGOTO

META 7 – Reduzir 2% no consumo

Ações propostas:

37. Instalação de descargas econômicas. (Prazo: 2016)

Ação realizada. As descargas econômicas foram instaladas nos três edifícios da seccional.

38. Torneiras com redutores de pressão. (Prazo: 2016)

Ação realizada. As torneiras com redutores de pressão foram instaladas nos três edifícios da seccional.

39. Normas para irrigação de jardins e lavagem de fachadas. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Houve alteração da periodicidade e utilização de equipamento apropriado para lavagem em comodato com a empresa terceirizada de conservação e limpeza.

40. Capacitação de terceirizados de limpeza e copa. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Houve o projeto Gestão à Vista na seccional, no qual a contratada ofereceu treinamento para os terceirizados, introduzindo novos produtos de limpeza que necessitam de um menor volume de água para enxague.

41. Campanha de conscientização sobre uso racional da água. (Prazo: 2016)

Ação realizada. A campanha foi realizada por meio do envio de emails aos servidores e por meio de informações afixadas nos murais dispostos nos edifícios da seccional. As informações também foram disponibilizadas na Intranet.

42. Competição positiva de água. (Prazo: 2016)

Ação não realizada. Será reavaliada para o ano de 2017.

43. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

44. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

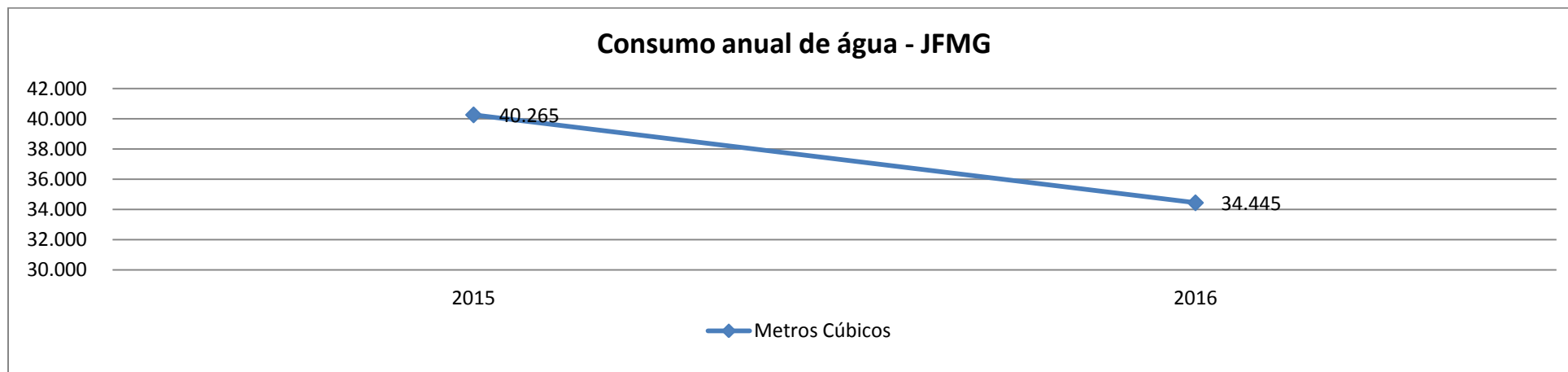
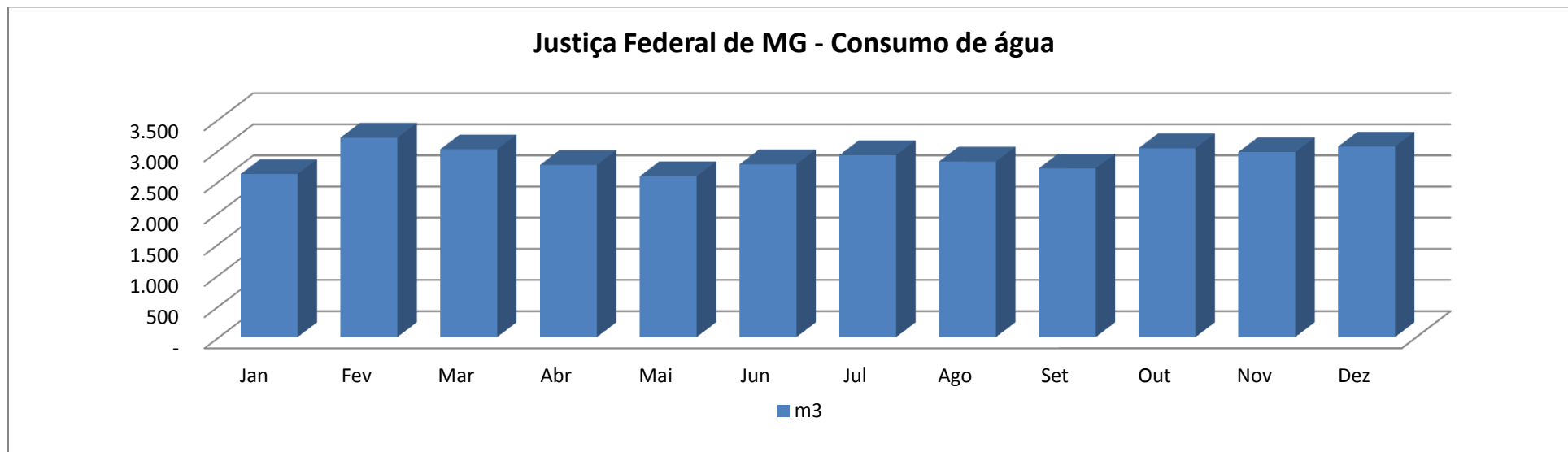
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 7 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 34 a 37 abaixo:

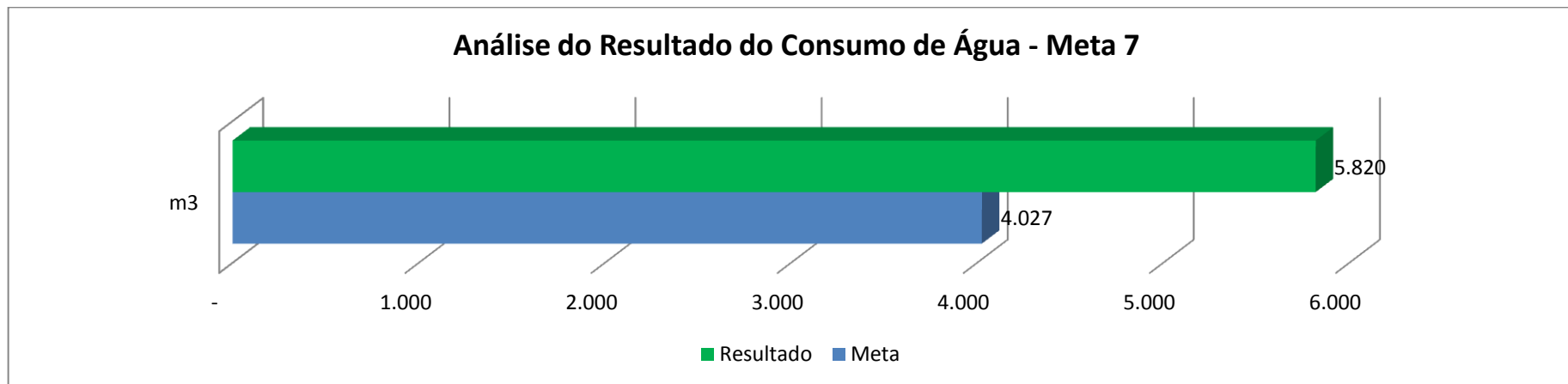
34 a 37. Consumo e gasto com água e esgoto

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
34. Consumo de água	2.616	3.200	3.013	2.763	2.580	2.772	2.919	2.817	2.707	3.031	2.969	3.057	34.445
35. Consumo relativo de água - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,34
36. Gasto com água	31.659,31	39.445,37	36.601,84	32.358,67	30.147,77	35.609,63	38.457,80	36.710,93	34.345,54	39.842,25	38.657,19	39.615,55	433.452
37. Gasto relativo com água - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,23

Gráficos água e esgoto JFMG 2016:



Análise dos resultados de 2016:



A meta de redução do consumo de água foi alcançada com sucesso, pois houve redução de 14,45% em relação ao ano de 2015. No entanto o gasto foi maior em R\$ 13.224,90, possivelmente devido a alterações tarifárias.

Medidas como campanhas de conscientização, a troca de descargas por sistema de duas fases, e instalação de redutores de pressão nas torneiras, possibilitaram o alcance da meta.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Fixar meta de redução de consumo de água nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 6 – GESTÃO DE RESÍDUOS

META 8 – Não foi estabelecida meta no PLS aprovado em relação à Gestão de Resíduos

Ações realizadas:

Não foram propostas ações para a Gestão de Resíduos no PLS aprovado.

No entanto, foram realizadas inúmeras ações em relação à destinação adequada de materiais diversos:

A. Habilitação de cooperativa de catadores de papel para recolhimento dos resíduos da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Um projeto foi iniciado na Seção Judiciária de Minas Gerais relativo ao aprimoramento da coleta seletiva. Até o início do ano de 2016, a coleta era feita de forma informal, por catadores da região, e não havia locais específicos para a coleta dos resíduos recicláveis nas salas da Justiça Federal. Foi então que se decidiu publicar edital para habilitação de cooperativas de catadores de papel para efetuar o recolhimento dos resíduos, tendo sido habilitadas duas cooperativas ao final do processo

B. Aquisição de coletores para papel, etiquetas e lixeiras seletivas em inox.

Houve um investimento no projeto por parte da Justiça Federal que foi essencial para o seu sucesso, pois permitiu a aquisição de lixeiras seletivas em inox para serem dispostas em áreas de maior circulação de pessoas, como as portarias e os setores de atermação e de conciliação. Também permitiu a aquisição de etiquetas, para serem afixadas nas lixeiras, identificando o tipo de material que pode ou não ser depositado naquele coletor.

Outra aquisição importante foram as caixas de papelão específicas para a coleta de papel. Essas caixas apresentam baixo custo e possuem impressões nas laterais com a informação dos tipos de papéis que poderão ser destinados às cooperativas. Dessa forma, cada sala da Seccional passou a ter um “kit” constituído por uma lixeira, identificada para a coleta de “resíduos recicláveis” compostos por itens de plástico, vidro e metal; e uma caixa de papelão, devidamente identificada, para a coleta dos papéis. As lixeiras para a disposição de resíduos “não recicláveis” serão distribuídas apenas nas copas. Decidiu-se por não colocar este tipo de coletor em todas as salas da Seccional para evitar a proliferação de insetos.

C. Treinamento para servidores e funcionários terceirizados.

Uma parceria foi feita entre a JFMG e a SLU – Serviço de Limpeza Urbana, companhia responsável pelo recolhimento dos resíduos na cidade de Belo Horizonte. Tal parceria permitiu a realização de treinamentos sobre a implantação da coleta seletiva, tanto para servidores, quanto para os funcionários terceirizados. No treinamento foram expostas a importância da coleta seletiva e quais os tipos de materiais que podem ou não ser objetos de reciclagem. Adotou-se a figura do servidor multiplicador para a realização dos treinamentos, que é o responsável pelo repasse das informações recebidas no seu local de trabalho.

D. Destinação de Extintores de Incêndio

Foram destinados para descarte adequado 126 extintores de incêndio, prediais e automotivos.

G. Destinação de Pneus

Foram destinados 79 pneus ao depósito da companhia de limpeza Urbana de Belo Horizonte. Esse depósito é específico para o recolhimento de pneus.

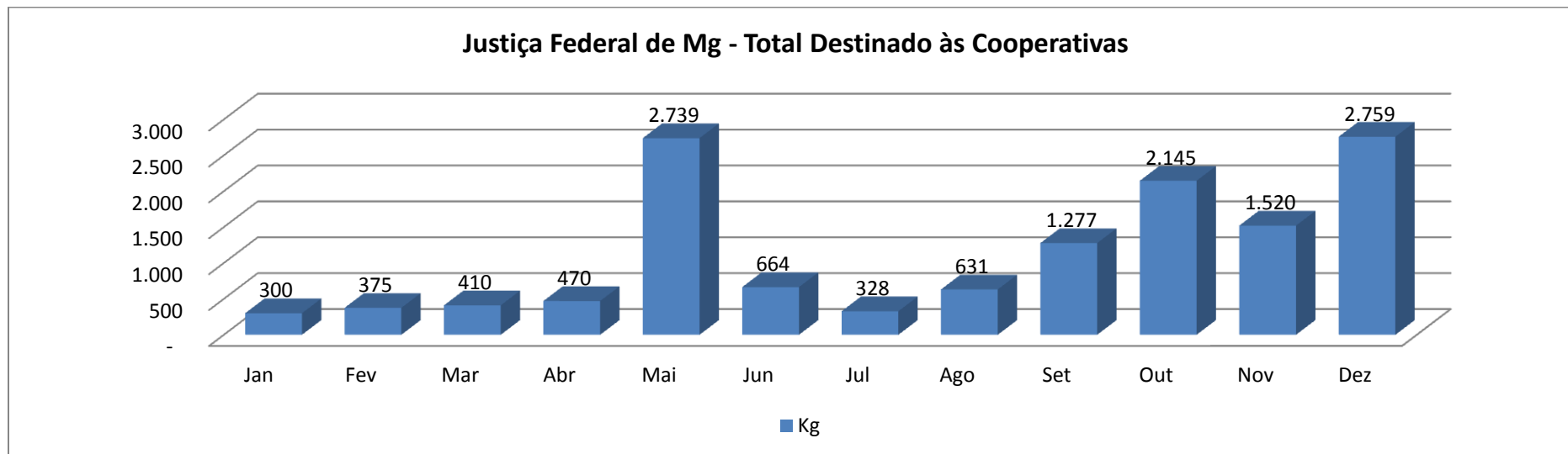
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 8 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 38 a 49 abaixo:

38 a 49. Gestão de Resíduos

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
38. Destinação de papel	187	211	291	332	2.545	498	158	409	1.106	1.654	1.229	2.280	10.898
39. Destinação de plástico	1	1	1	1	11	18	22	20	46	281	221	344	967
40. Destinação de metais	5	3	3	3	4	18	0	1	0	41	0	26	5
41. Destinação de vidros	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	3
42. Coleta Geral	107	160	115	134	180	130	147	200	125	170	70	110	107
43. Total de material destinado à reciclagem	300	375	410	470	2.739	664	328	631	1.277	2.145	1.520	2.759	13.618
44. Destinação de resíduos de informática	439	193	184	163	260	186	162	251	145	170	74	290	2.516
45. Destinação de suprimentos de impressão	332	32	31	29	45	55	14	49	20	0	4	146	757
46. Destinação de pilhas e baterias	0	1	38	0	34	1	0	0	0	0	0	35	108
47. Destinação de lâmpadas	75	36	466	32	65	54	165	50	67	44	995	301	2.350
48. Destinação de resíduos de saúde	3,5	4,8	6,3	5,7	4,8	5,2	5,3	6,5	7	7	9	11	75
49. Destinação de resíduos de obras e reformas	0	0	0	0	20	15	10	15	25	20	35	45	185

Gráficos Gestão de Resíduos JFMG 2016:



Análise do indicador:

A análise da evolução do indicador não pôde ser avaliada, pois não havia dados do ano de 2015 disponíveis para comparação. No entanto, após os treinamentos realizados em setembro de 2016 e a distribuição dos kits para a coleta seletiva, a quantidade de resíduo destinada à reciclagem aumentou consideravelmente no mês subsequente à ação, passando de 631,5 quilogramas para 1.278,5 quilogramas. No mês de dezembro de 2016 alcançou-se 2.759 quilogramas de material reciclável destinado à cooperativa responsável pelo recolhimento dos resíduos da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Reavaliar a qualidade dos resíduos que estão sendo destinados à cooperativa.
Realizar novos treinamentos visando à manutenção e aprimoramento da coleta.
Estimular coleta seletiva nas Subseções.

TEMA 7 – REFORMAS

META 9 – Não foi estabelecida meta no PLS aprovado em relação a reformas

Ações propostas:

Não foram propostas ações para reduzir o valor gasto com reformas no PLS aprovado.

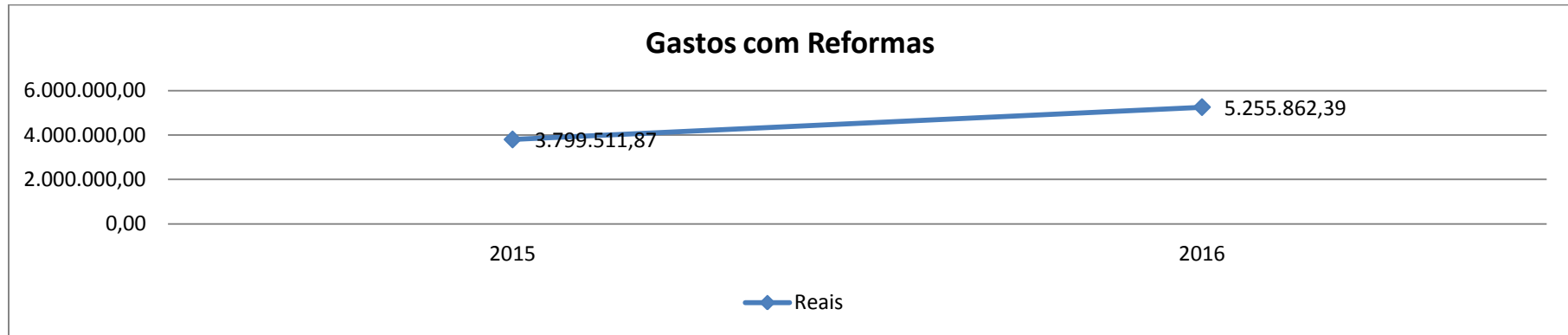
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 9 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 50 a 52 abaixo:

50 a 52. Reformas

Indicador	2015	2016
50. Gastos com reforma no período base	3.799.511,87	5.253.088,19
51. Gastos com reformas no período de referência	3.786.415,51	3.799.511,87
52. Variação dos gastos com reforma	0,35	38,32

Gráfico Reformas JFMG 2016:



Análise do indicador:

Não foi estabelecida meta no PLS aprovado. No entanto, comparando-se o resultado com o ano de 2015, houve aumento de 38% no gasto. Nesse percentual se inclui a obra para troca do sistema de climatização do edifício Oscar Dias Corrêa, que já apresentou resultados reduzindo consideravelmente o consumo de energia elétrica.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Revisar o PLS e analisar o estabelecimento de meta e iniciativas para realização em 2017.

TEMA 8 – LIMPEZA

META 10 – Não foi estabelecida meta no PLS aprovado em relação à limpeza

Ações propostas:

45. Revisão dos contratos de terceirização. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Os contratos foram revistos, reduzindo-se, quando possível o quadro de pessoal.

46. Capacitação de fiscais de contrato. (Prazo: 2016)

Ação realizada. A gestora do contrato de Belo Horizonte participou de capacitações em 2016.

47. Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação realizada. Em maio de 2016 houve a substituição em Belo Horizonte dos produtos e materiais de limpeza por produtos que são diluídos em concentrações predeterminadas de água, reduzindo, dessa forma, o volume de água empregado para a realização da limpeza e a quantidade de insumos utilizados.

48. Produtos biodegradáveis. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação realizada. Os produtos de limpeza são biodegradáveis.

49. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

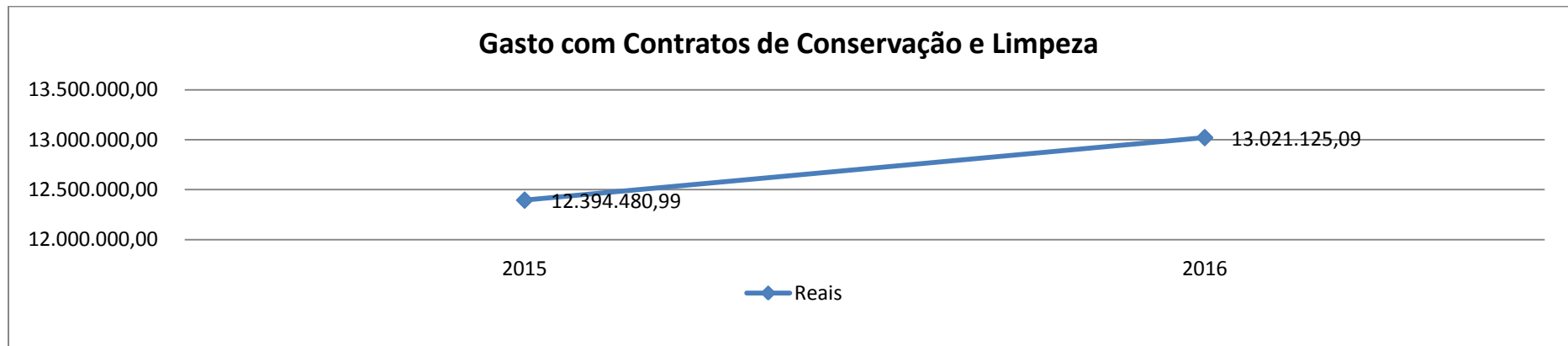
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 10 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 53 a 58 abaixo:

53 a 58. Limpeza

Indicador	2015	2016
53. Gastos com contrato de limpeza no período base	12.394.480,99	13.021.125,09
54. Área contratada	113.119,62	113.109,62
55. Gasto relativo com contratos de limpeza	109,58	115,12
56. Gastos com contratos de limpeza no período referência	11.627.142,75	12.394.480,99
57. Variação dos gastos com contratos de limpeza	6,60	5,05
58. Gasto com material de limpeza	Já incluído no valor total	Já incluído no valor total

Gráficos Contratos de limpeza JFMG 2016



Análise do indicador:

Não foi estabelecida meta no PLS aprovado. Entretanto, comparando-se o resultado com o ano de 2015, houve aumento de 5,5% nos contratos de conservação e limpeza considerando-se todo o Estado de Minas Gerais, decorrentes de repactuação e reequilíbrio. No entanto, em março de 2016 houve significativa redução do quadro de pessoal no contrato de conservação e limpeza de Belo Horizonte, seguindo orientação do TRF 1ª Região, em razão da escassez de recursos orçamentários. O custo passou de R\$ 729.506,79 em fevereiro para R\$ 633.403,01 em março. Uma redução de 13%.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Revisar o PLS e analisar o estabelecimento de meta e iniciativas para realização em 2017.

TEMA 9 – VIGILÂNCIA

META 11 Não foi estabelecida meta no PLS aprovado em relação à vigilância

Ações propostas:

50. Avaliar o contrato de terceirização e o quantitativo de mão de obra empregada. (Prazo: 2016)

Ação concluída. Foi avaliado o contrato, mas concluiu-se pela impossibilidade de redução no quadro.

51. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

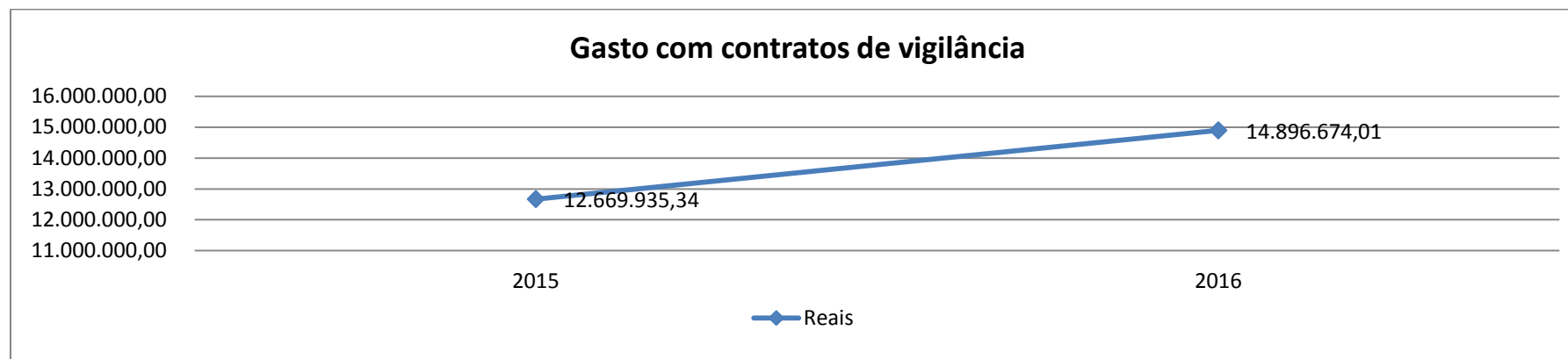
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 11 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 59 a 66 abaixo:

59 a 66. Vigilância

Indicador	2015	2016
59. Gastos com contrato de vigilância armada no período base	458.034,98	607.841,10
60. Quantidade de postos de vigilância armada	5	5
61. Gasto relativo com vigilância armada	91.607,00	121.568,22
62. Gastos com contrato de vigilância desarmada no período base	12.211.900,36	14.288.832,91
63. Quantidade de postos de vigilância desarmada	134	132
64. Gasto relativo com vigilância desarmada	91.133,58	108.248,73
65. Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	12.669.935,34	14.896.674,01
66. Variação dos gastos com contratos de vigilância	20,95	17,57

Gráficos Contratos de Vigilância JFMG 2016



Análise dos resultados de 2016:

Não foi estabelecida meta no PLS aprovado. No entanto, comparando-se o resultado com o ano de 2015, houve aumento de 17,6 % nos contratos de vigilância, decorrente de repactuação e reequilíbrio. Avaliou-se o contrato de terceirização e o quantitativo de mão de obra empregada, mas concluiu-se pela impossibilidade de redução do quadro.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Analisar a possibilidade de criação da central de segurança nas unidades

TEMA 10 – VEÍCULOS

META 12 - Não foi estabelecida meta no PLS aprovado em relação a veículos

Ações propostas:

52. Redução dos custos com manutenção. (Prazo: 2016)

Ação realizada. Houve redução com os gastos de manutenção devido à redução da quilometragem.

53. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

Indicadores:

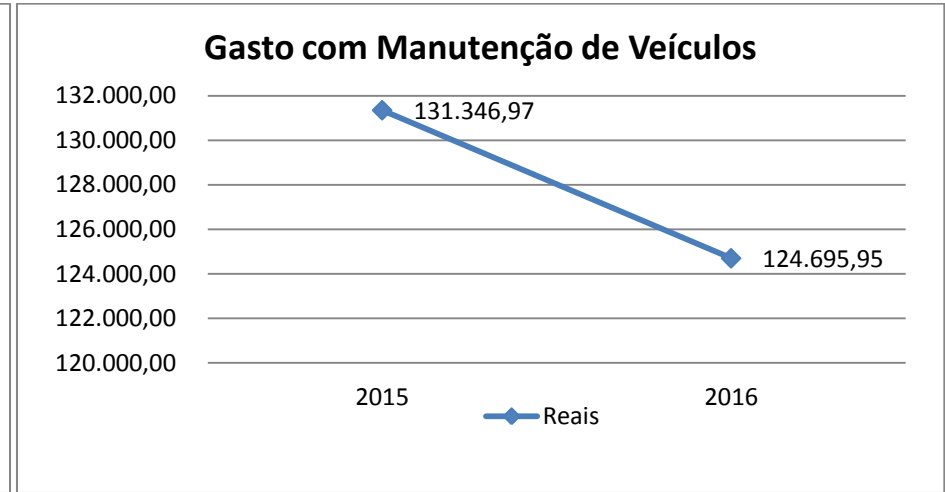
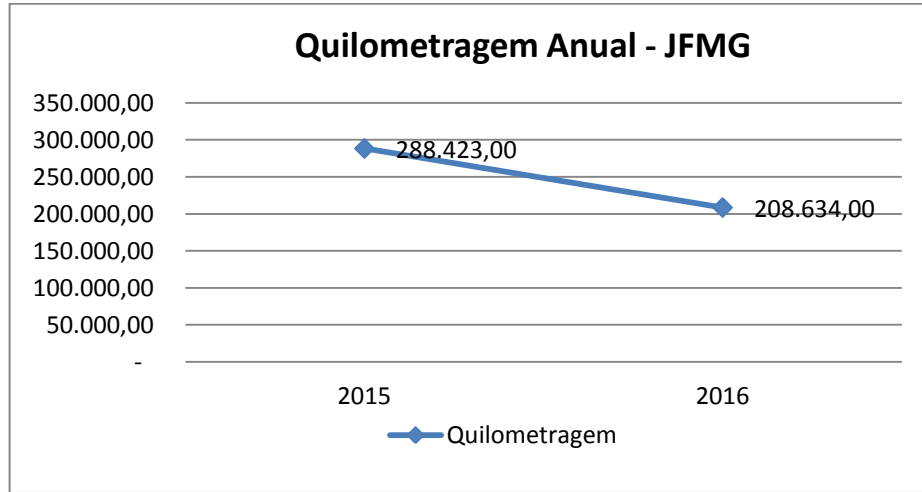
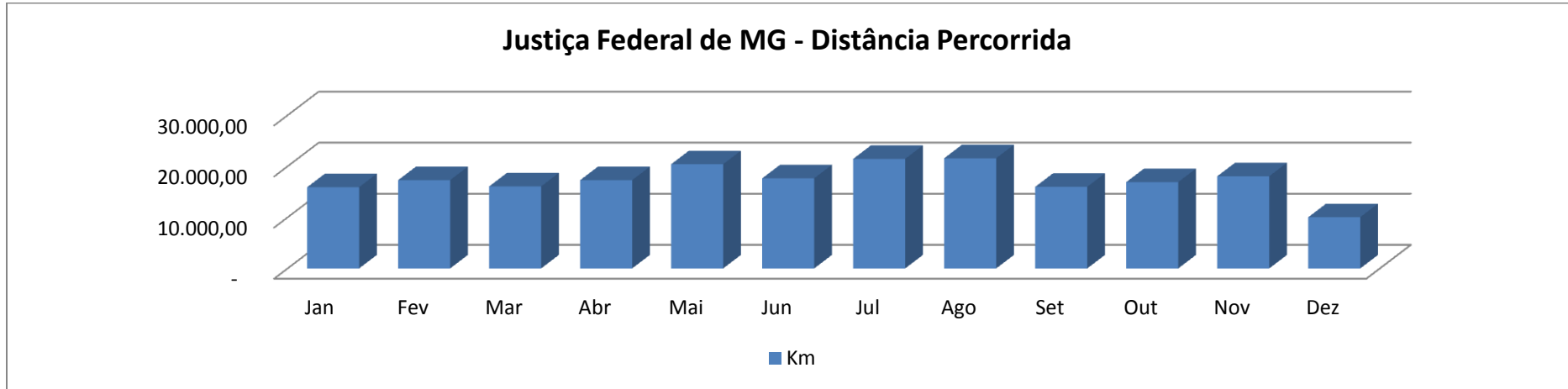
Para o cumprimento da Meta 12 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 67 a 83 abaixo:

67 a 83. Veículos

Indicador	2015	2016
67. Quilometragem	288.423	208.634,00
68. Quantidade de veículos a gasolina	11	11
69. Quantidade de veículos a etanol	4	4

70. Quantidade de veículos flex	80	80
71. Quantidade de veículos a diesel	4	4
72. Quantidade de veículos a gás natural	0	0
73. Quantidade de veículos híbridos	0	0
74. Quantidade de veículos elétricos	0	0
75. Quantidade de Veículos	99	99
76. Quantidade de veículos de serviço	27	27
77. Usuários por veículo de serviço	137,15	71,81
78. Quantidade de veículos para transporte de magistrados	72	72
79. Usuários por veículo de magistrado	1,85	
80. Gasto com manutenção de veículos	131.346,97	124.695,95
81. Gasto relativo com manutenção dos veículos	1326,73	1259,56
82. Gastos com contratos de motoristas	0	0
83. Gasto relativo com contrato de motoristas	0	0

Gráficos quilometragem JFMG 2016:



Análise dos resultados de 2016:

Não foi estabelecida meta no PLS aprovado. No entanto, comparando-se o resultado com o ano de 2015, houve redução de 5,06% no gasto com manutenção de veículos. A economia alcançada foi de R\$ 6.651,02. Também houve redução de 27,7% quilômetros rodados em comparação com o ano de 2015.

O resultado alcançado deve-se a redução da demanda na utilização de veículos possivelmente pelas restrições orçamentárias que reduziram o número de viagens.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a possibilidade de implementar uma central de transporte com frota terceirizada.

TEMA 11 – COMBUSTÍVEL

META 13 Média dos percentuais de redução de consumo de gasolina dos últimos dois anos

Ações propostas:

54. Avaliar a viabilidade de redução da cota de combustível/veículo (sem prazo definido no PLS)

Ação realizada. Foi avaliada, mas concluiu-se que não era necessária a modificação, já que o uso do combustível está muito abaixo do limite fixado pelo CJF

55. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

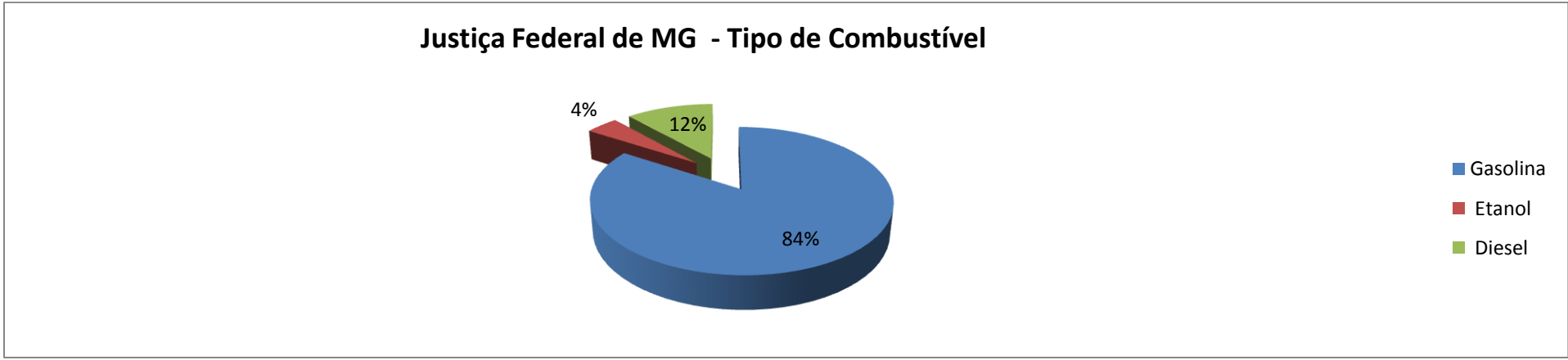
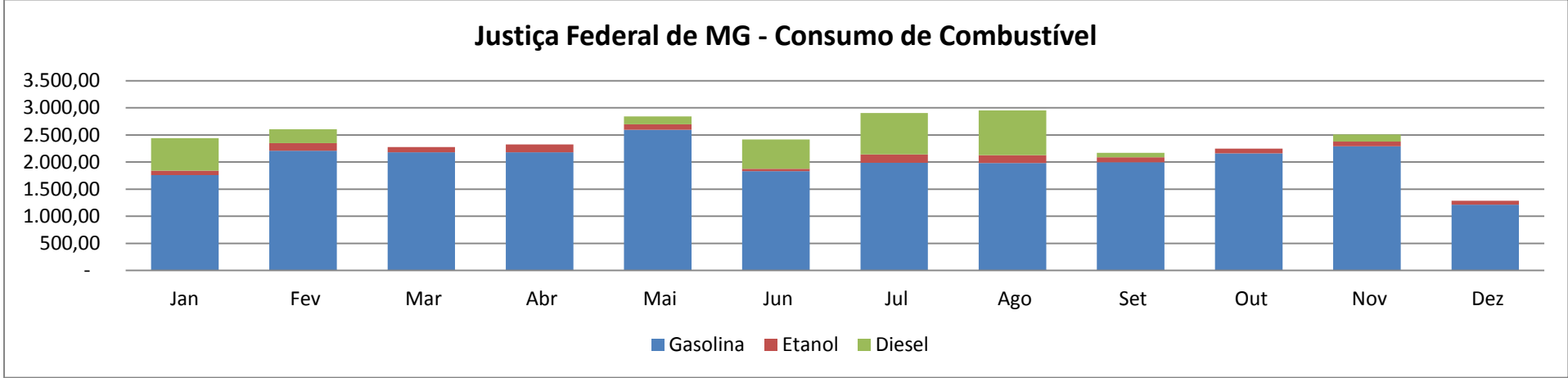
Indicadores:

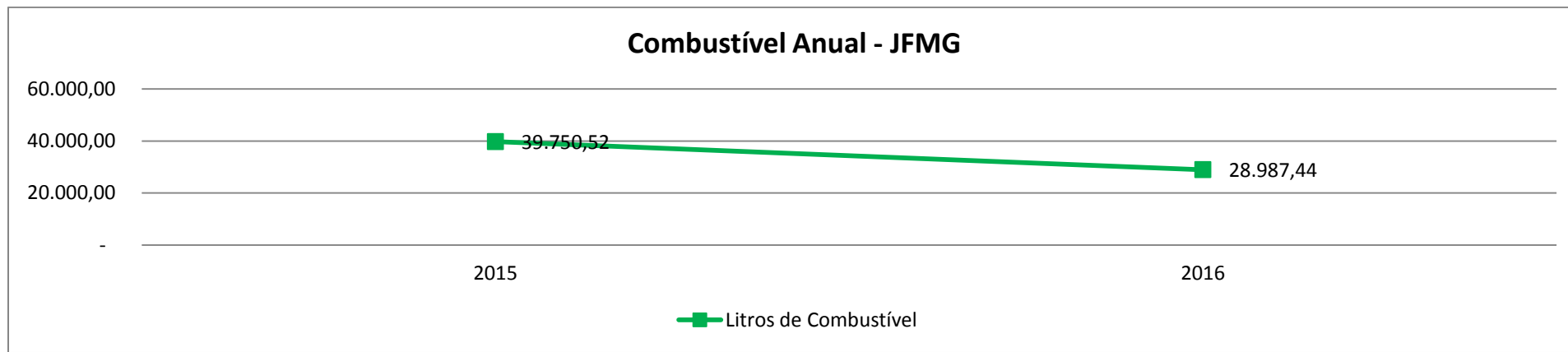
Para o cumprimento da Meta 14 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 84 a 90 abaixo:

84 a 90. Combustível

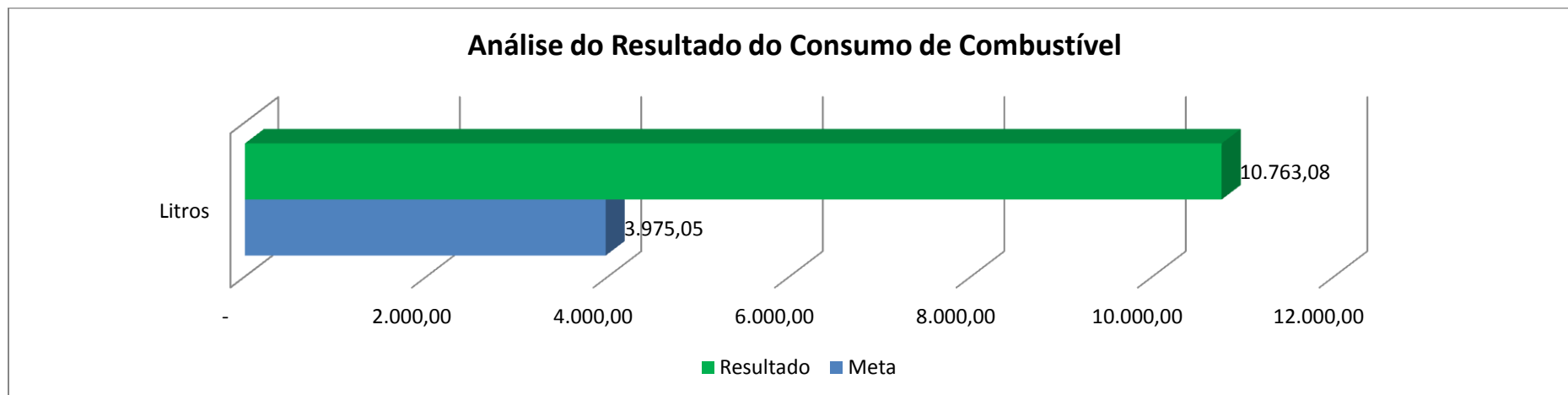
Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
84. Consumo de gasolina	1758,45	2.209,31	2.181,36	2.178,54	2.597,83	1.833,96	1.987,75	1.980,30	1.998,35	2.159,13	2.290,77	1.215,13	24.390,88
85. Consumo de etanol	82,39	141,16	95,15	147,01	97,99	40,00	153,19	148,36	91,60	90,09	89,84	73,90	1.250,68
86. Consumo de diesel	599,80	256,83	0,00	0,00	144,52	543,08	764,57	826,74	80,85	0,00	129,49	0,00	3.345,88
87. Consumo de gás natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88. Cons. relativo de álcool e gasolina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269,91
89. Consumo relativo de diesel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	836,47
90. Cons. relativo de gás natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gráficos Combustível JFMG 2016:





Análise dos resultados de 2016:



O resultado foi comparado com o gasto de combustível do ano de 2015 e houve redução de 27,07% do total consumido. A economia foi de R\$ 10.763,08.

O resultado alcançado deve-se a redução da demanda na utilização de veículos possivelmente pelas restrições orçamentárias que reduziram o número de viagens.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Avaliar a possibilidade de implementar uma central de transporte com frota terceirizada.

TEMA 12 – QUALIDADE DE VIDA

META 14 Manter, em todos os anos, o absenteísmo abaixo ou igual a 3%

Meta alcançada. Em todos os meses de 2016, tanto o absenteísmo de magistrados como o de servidores esteve abaixo da meta de 3% estipulada no PLS. No caso dos servidores, as causas psicológicas foram os principais motivos de afastamento para tratamento de saúde, seguido de causas ortopédicas, ferimentos e traumas. Já em relação aos magistrados, várias foram as causas geradoras de afastamento por motivo de saúde, sendo que as de maior prevalência foram as relacionadas às afecções ligadas à gravidez.

META 15 Aumentar em 10% ao ano a taxa de adesão aos EPS

A meta não foi alcançada. Em relação ao ano de 2015, houve um incremento de 5% na taxa de adesão dos magistrados e servidores aos EPS, totalizando 25% de exames finalizados no ano de 2016. Diversos são os fatores que contribuem para a baixa adesão ao periódico. Inicialmente, sua realização é pouco atrativa àqueles que não são beneficiários do Pro-Social, pois os exames são custeados integralmente pelos magistrados e servidores, e muitos deles já realizam exames de rotina com médicos de confiança, não demonstrando interesse em realizar o periódico através da Justiça Federal. Outro fator relevante

refere-se à ausência de médicos contratados nas Subseções Judiciárias para a avaliação dos servidores e magistrados, o que inviabiliza sua implantação naquelas localidades. A esses motivos, soma-se a não obrigatoriedade de sua realização, gerando índices modestos de adesão.

META 16 Taxa de Satisfação de Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional

Meta não realizada devido à impossibilidade orçamentária para contratação de consultoria.

Ações propostas:

56. Ações ergonômicas

O Programa de Ergonomia, implantado na Sede da Seção Judiciária de Minas Gerais a partir de fevereiro de 2016, foi reformulado para contemplar todos os itens descritos no Plano de Logística Sustentável da Seccional, sendo implantado a partir de maio de 2016. A reformulação abrangeu todos os dados coletados no Censo em Ergonomia, realizado nos meses de fevereiro e março de 2016, de forma a não perder nenhuma informação de relevância para o Projeto.

- Promover avaliação no local de trabalho, verificando mobiliário e equipamentos, fornecendo orientações aos usuários; (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação concluída. Proposta de adequação de mobiliário, equipamentos e layouts, através das visitas ergonômicas aos postos de trabalho dos magistrados e servidores, mediante demanda e marcação prévia.

- Identificação, por unidade, do mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições; (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação concluída. A partir dos resultados das vistorias aos locais de trabalho das varas e núcleos, foi elaborado, pela médica do trabalho do NUBES, relatório sobre adequação do mobiliário utilizado pelo corpo funcional da Justiça Federal, sendo que, a partir desse documento, as inadequações identificadas foram destacadas como prioridade para futuras substituições, conforme disponibilidade orçamentária da União.

- Avaliar a adoção de critérios de ergonomia para aquisição de mobiliário; (Prazo: 2016)

Ação concluída. Foi elaborado um mini-guia de compra de mobiliário, destinado à Seção de Compras, baseado nas recomendações ergonômicas vigentes, visando dar suporte à aquisição dos novos mobiliários pela Administração.

- Estabelecer, em parceria com a SEFAS, ações de participação dos médicos nos treinamentos dos diretores de secretaria e núcleos e supervisores para sensibilização quanto à necessidade de participação do servidor nas ações do EPS, ergonômicas, entre outras; (Prazo: 2016)

Ação realizada.

- Projeto para implantar ginástica laboral através da formação de servidores como multiplicadores; (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação concluída. Implantação da Ginástica Laboral, com elaboração de material didático e treinamento de multiplicadores. Na semana do servidor realizada no período de 24 a 28 de outubro foi realizada a capacitação da 2ª Turma de Multiplicadores em Ginástica Laboral, conduzida pela médica do trabalho do NUBES

- Elaboração e acompanhamento do médico do trabalho, com 2 treinamentos no ano; (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação Realizada.

- Divulgar a Cartilha de Ergonomia do TRF1. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação Realizada.

57. Atendimento de saúde

- Serviço continuado de atendimento médico a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário. (Prazo: ação continua)

Ação concluída em 2016 e prevista novamente em 2017.

58. Campanhas de Promoção da Saúde

- Ações com foco na promoção da Saúde, com a Vacinação H1N1 dos magistrados e servidores, medição de pressão arterial, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal). (Prazo: ação continua)

Ações concluídas e previstas novamente para o ano de 2017. Em setembro de 2016 foi realizada a campanha de vacinação contra a gripe influenza H1N1, com recursos do PRO-SOCIAL, destinada aos seus beneficiários titulares, sendo vacinados magistrados e servidores de Belo Horizonte, Contagem, Lavras, Sete Lagoas e Uberaba.

Na semana de comemoração do dia do servidor público, realizada no período de 24 a 28 de outubro de 2016, foram disponibilizados diversos serviços ao corpo funcional da Justiça Federal, como exames de saúde ocular, teste do sopro, de câncer bucal e de DST/AIDS/HEPATITE, aferição de glicose, pressão arterial, peso, altura e cálculo do índice de massa corporal.

59. Ação de Saúde

- Ações com foco na prevenção de enfermidades; (Prazo: ação continua)

Ação realizada.

- As campanhas são desenvolvidas ao longo do ano e destinadas a todos os servidores e magistrados, sendo: Dengue, Dia Mundial do Rim, Outubro Rosa, Novembro Azul, Câncer de Pele. (Prazo: ação continua)

Ação realizada.

60. Exames periódicos

- Os Exames Periódicos de Saúde buscam acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho ou não. (Prazo: ação continua)

Ação concluída. Objetivando aumentar a adesão dos magistrados e servidores aos Exames Periódicos de Saúde, oferecidos pela Justiça Federal, foi elaborado o projeto “De Bem com o EPS” visando ampliar sua divulgação e favorecer a detecção precoce de doenças, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos. Foram confeccionados chamativos mensais para utilização nos convites do EPS, realizados via email, de forma a ampliar o conhecimento sobre os exames preventivos e estimular a participação dos magistrados e servidores.

61. Programa Saúde Bucal em Foco/EPS

- A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes que finalizaram o EPS para realizar a profilaxia, orientar e responder questionamentos de usuários e obter informações referentes aos problemas de causa odontológica. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação concluída. Está sendo oferecido de forma continuada, aos pacientes que finalizarem os exames, o agendamento de uma consulta, no Consultório Odontológico, com a realização de profilaxia, para a promoção da saúde bucal e prevenção de doenças orais ou dentárias.

62. Programa Saúde Mental em Foco/EPS

- A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes dos Consultórios Assistencial e Odontológico ao Consultório Psicológico, para orientação e encaminhamento para tratamento, caso necessário. (Prazo: 1º semestre/2016)

Ação concluída. Mantendo o foco de atendimento integral aos pacientes do EPS, o projeto contemplou, ainda, o encaminhamento de pacientes dos Consultórios Assistencial e Odontológico ao Consultório Psicológico, de acordo com a demanda identificada pelos profissionais, para orientação e encaminhamento para tratamento especializado, caso necessário.

Também houve a divulgação dos serviços prestados pelo consultório de Psicologia do NUBES, com disponibilização de atendimentos presenciais, nos quais são oferecidas orientações voltadas para temas como: idosos acometidos por perda de funcionalidades, crianças com alterações mentais e comportamentais, famílias com portadores de sofrimento mental, usuários de álcool e outras drogas; Houve abordagem com foco nos beneficiários do PRO-SOCIAL, com divulgação do perito auditor do Consultório Psicológico como articulador entre a rede credenciada e os beneficiários do Programa, de forma a facilitar o acesso à rede de saúde mental credenciada; Divulgou-se a rede credenciada do Programa nas áreas de

Psicologia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia; e foi elaborada e divulgada Cartilha de Saúde Mental contendo conceitos básicos de equilíbrio emocional, saúde preventiva e bem-estar.

63. Incentivo a boas práticas

- Incentivar práticas sustentáveis e colaborativas, reconhecendo e premiando unidades de melhor desempenho dentro da Campanha de Consumo Consciente; (Prazo: 2º semestre/2016)

Não realizada, reavaliada para 2017.

- Trocar experiências com outros órgãos para intercâmbio de boas práticas. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação realizada. Participação em seminários e oficinas organizadas pelo TRE/MG, pelo Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais, e pelo STJ.

64. Inclusão de pessoas com deficiência

- Manter as políticas de inclusão para pessoas com deficiência. (Prazo: ação contínua)

Ação realizada. Curso de libras ofertado pelo EaD TRF1 e palestra “Inclusão Social no Mundo Plural”

65. Saúde financeira

- A ação promove a educação financeira por meio de palestras com orientações; (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação concluída. Em 24 de junho de 2016 foi realizado na Sede da Seção Judiciária de Minas Gerais, localizada em Belo Horizonte, o workshop “Meu Dinheiro – Construindo o Futuro”, destinado aos magistrados e servidores, visando à boa administração das finanças pessoais e familiares, de forma a possibilitar um melhor equilíbrio financeiro e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida. Às Subseções Judiciárias de Minas Gerais foi transmitida, por videoconferência, no dia 04 de julho de 2016, a palestra "Meu dinheiro - Planejamento Financeiro Familiar".

- Buscar o estímulo do uso racional dos recursos financeiros e necessidade de se identificar e separar os hábitos que geram equilíbrio dos hábitos que geram desequilíbrio financeiro. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação concluída. O workshop contou, ainda, com a participação da psicóloga auditora do NUBES, a qual foi responsável pela disseminação de conhecimentos a respeito da saúde mental, da qual a saúde financeira é componente primordial, visando o equilíbrio psicológico e prevenção de doenças e sofrimentos mentais. Na oportunidade, foi divulgada a cartilha “Saúde Mental: A Busca pelo Equilíbrio e Bem-Estar”.

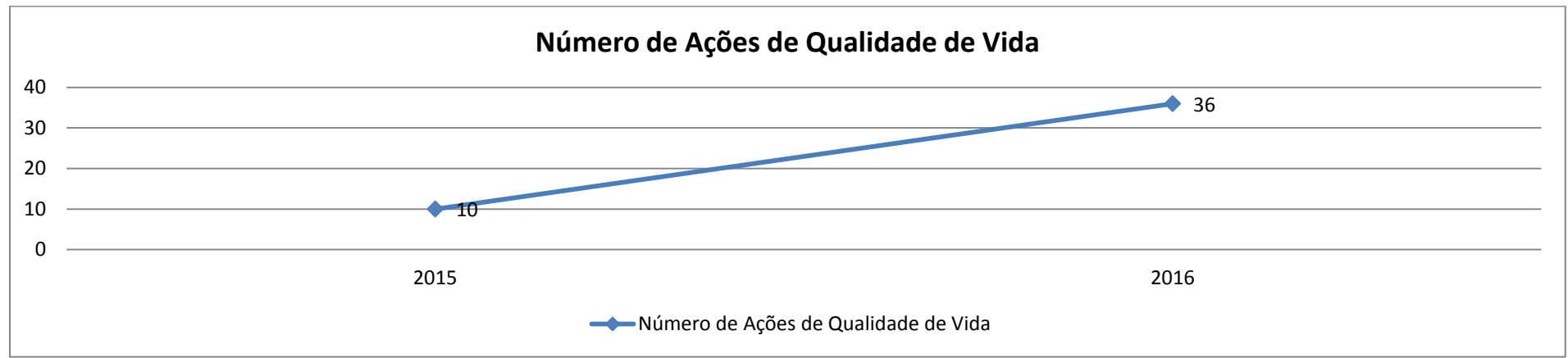
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 15, 16 e 17 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 91 a 97 abaixo:

91 a 97. Qualidade de Vida

Indicador	2015	2016
91. Participações em ações de qualidade de vida	2698	2558
92. Quantidade de ações de qualidade de vida	10	36
93. Participação relativa em ações de qualidade de vida	7,03	
94. Participações em ações solidárias	39	296
95. Quantidade de ações solidárias	3	15
96. Participação relativa em ações solidárias	0,34	
97. Ações de inclusão	5	2

Gráficos Qualidade de Vida JFMG 2016



Análise dos resultados de 2016:

Importante ressaltar que o número de ações foi três vezes maior que no ano de 2015, no entanto, o número de participantes foi equivalente. No ano de 2015, apenas uma ação, a vacinação dos servidores contra o vírus H1N1, foi responsável pela participação de 1380 pessoas. Já em 2016 esse número foi reduzido para 218 servidores vacinados. Dessa forma, verifica-se o crescimento tanto do número de participações quanto do número de ações.

Houve um aumento no número de participações em ações solidárias, no entanto, devem-se promover mais ações que visem à acessibilidade.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Realizar oficina in loco para plantio de horta/jardim nas áreas externas dos prédios

Programa de ergonomia

Semana da mulher

Campanha contra o câncer de pele
Semana do homem
Curso de preparação para aposentadoria
Dia mundial do coração
Protocolo de contratação de pessoas com deficiência
Campanha de prevenção contra o câncer bucal
Semana do servidor público
Vigilantes do peso
Implantação do software de pausa
Vacinação contra gripe
Bazar
Escambo literário
Natal dos terceirizados

TEMA 13 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

META 17 - meta não definida no PLS aprovado

Ações propostas:

66. Capacitação processo eletrônico (Prazo: 2º semestre/2016)

- Capacitação em PJe para Juízes e servidores.

Ação realizada. No período de 3 a 7 de outubro, foi ministrado o treinamento de Multiplicadores e de Administradores do PJe, visando a implantação do novo sistema no dia 5 de dezembro de 2016.

- SEDER / Comissão do PJe promovem capacitação para Juízes e servidores no manuseio eficiente do PJe para diminuir a necessidade de impressão dos processos.

Ação realizada. No período de 3 a 7 de outubro, foi ministrado o treinamento de Multiplicadores e de Administradores do PJe, visando a implantação do novo sistema no dia 5 de dezembro de 2016.

67. Realizar treinamento do sistema SEI (Prazo: 1º semestre/2016)

- Buscar a utilização de formulários virtuais, evitando, assim, a digitalização de documentos.

Ação realizada. Divulgação do curso virtual da ENAP.

- Focar na utilização de formulários virtuais visando à diminuição de impressão de documentos

Ação realizada. Efetuada por meio de campanhas e divulgações.

68. Ações educativas direcionadas aos terceirizados e estagiários (Prazo: 1º semestre/2016)

- Orientar terceirizados e estagiários quanto às diretrizes de sustentabilidade da SJMG

Ação realizada. Treinamento sobre coleta seletiva realizado no mês de setembro de 2016 em parceria com a SLU – Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.

69. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional (Prazo: 2016)

Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

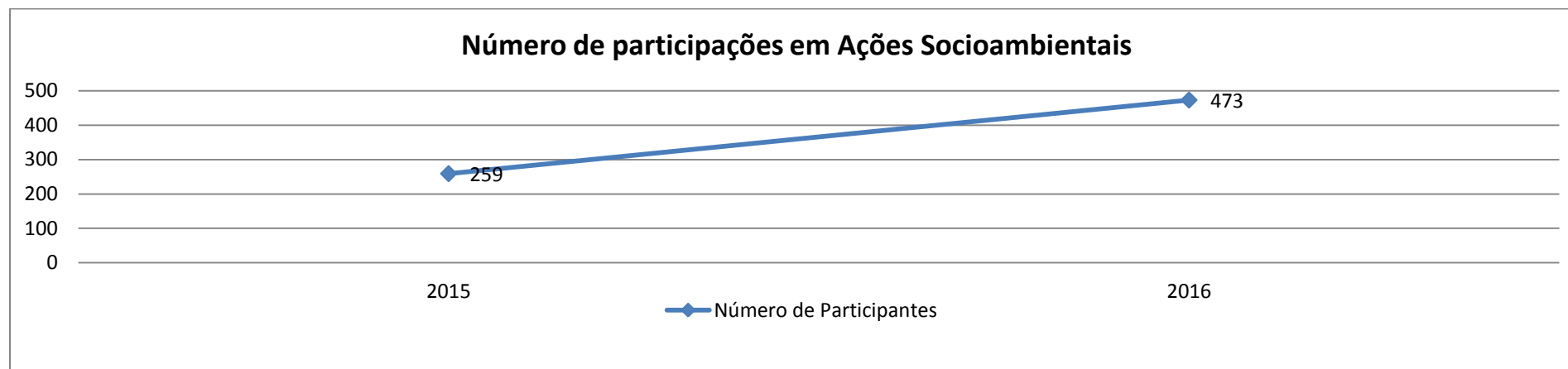
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 18 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 98 a 100 abaixo:

98 a 100. Capacitação socioambiental

Indicador	2015	2016
98. Ações de capacitação e sensibilização	5	12
99. Participação em ações de sensibilização e capacitação	259	473
100. Participação relativa em capacitação e sensibilização	1,35	

Gráficos Capacitação Socioambiental JFMG 2016



Análise dos resultados de 2016:

Não foi estabelecida meta no PLS aprovado. No entanto, comparando-se o resultado com o ano de 2015, houve aumento de 140% no número de ações de capacitação socioambientais. Também houve evolução significativa no número de participações, o aumento foi de 82%.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Seminário de Sustentabilidade
Curso de compras sustentáveis
Reciclagem da capacitação da coleta seletiva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatório apresentado, e a partir das análises feitas, verifica-se que a situação da Justiça Federal de Minas Gerais diante dos dados referentes ao ano anterior, é bastante positiva. É possível afirmar que a JFMG está pautando sua gestão nos critérios sócio-econômico-ambientais e no princípio da economicidade.

Das 10 metas previstas originalmente no PLS da Seção Judiciária de Minas Gerais seis foram alcançadas e quatro não foram atingidas. No entanto, sete indicadores previstos na resolução 201/2015 ficaram sem metas estabelecidas no PLS aprovado.

- Metas estabelecidas alcançadas:

1. Redução do consumo de copos descartáveis em 49%.
2. Redução do gasto com toners em 14,4%.
3. Redução do gasto de telefonia em 33,6%.
4. Redução do consumo de água em 14,45%.
5. Redução do consumo de combustível em 27,7%.
6. Mantido absenteísmo abaixo ou igual a 3%.

- Metas estabelecidas não alcançadas:

1. Redução no consumo de papel. Houve aumento de 66% devido à distribuição aumentada em novembro e dezembro de 2016, conforme explicitado no item “papel”.
2. Redução do consumo de energia elétrica em 5,53%, no entanto, abaixo da meta estipulada de 10%.
3. Aumento da taxa de adesão ao EPS. Houve aumento de apenas 5%, abaixo da meta de 10%.
4. Taxa de Satisfação de Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional. Não foi realizada devido à impossibilidade orçamentária de contratação de consultoria.

- Metas não estabelecidas

As metas não estabelecidas no PLS para o ano de 2016 serão determinadas para o ano de 2017 ao se realizar a revisão do PLS atual. As metas serão estipuladas para os indicadores:

- 1 - Água envasada em embalagem plástica. Houve aumento do consumo em relação ao ano de 2015 de 36%.

2 - Gestão de resíduos. Houve aumento no total de resíduos encaminhados à cooperativa após o início do projeto da coleta seletiva em setembro de 2016, passando de 631 quilos em agosto, para 2759 quilos em dezembro. Aumento de mais de 300%.

3 - Reformas. Houve aumento de 38% em relação ao ano de 2015.

4- Limpeza. Houve aumento de 5,5% em relação a 2015.

5- Vigilância. Houve aumento de 17,6% em relação ao ano de 2015.

6 - Veículos. Houve redução de 5,06% com os gastos com manutenção de veículos em relação ao ano anterior.

7- Capacitação socioambiental. Houve aumento de 140% no número de ações de capacitação socioambientais.

As restrições orçamentárias do ano de 2016 permitiram a economia de vários itens previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, no entanto, não foi possível a realização de algumas ações que dependiam de verba para sua execução. O PLS será revisto para o ano de 2017 para aperfeiçoamento de metas e ações.

O PLS é ferramenta de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública. É fundamental que as unidades envolvidas da Justiça Federal de Minas Gerais entendam a importância da conscientização de todo o corpo funcional e da integração de ideias para a definição de metas e ações que permitam uma administração pública cada vez mais eficiente, trabalhando com foco na gestão de custos e racionalização de recursos materiais e naturais.

Com a implantação das ações propostas no PLS espera-se contribuir para uma mudança de cultura na Justiça Federal, pautada pelo consumo consciente, gestão adequada dos resíduos, combate ao desperdício e respeito ao meio ambiente.